

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**A GESTÃO PÚBLICA E A TRANSFORMAÇÃO DA
AUTO-IMAGEM DA COMUNIDADE**

Estudo de caso de Santo André (SP)

1997/2000

MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS

**São Caetano do Sul
2004**

MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS

**A GESTÃO PÚBLICA E A TRANSFORMAÇÃO DA
AUTO-IMAGEM DA COMUNIDADE**

Estudo de caso de Santo André (SP)

1997/2000

**Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Administração da Universidade Municipal de
São Caetano do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Administração.**

**Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e
das Organizações**

Orientador: Prof. Dr. Jeroen Johannes Klink

**São Caetano do Sul
2004**

*Dedico aos meus pais, aos meus filhos e neta.
Cada um à sua maneira,
foram eles que mais contribuíram e contribuem
para a inquietação intelectual que estimula meu espírito
a querer compreender cada vez mais
a natureza das coisas e da vida
e
à Ivete,
minha companheira, com quem compartilho,
com orgulho, minha vida,
minhas incertezas e meus prazeres.*

AGRADECIMENTOS

Aos prefeitos Celso Daniel e João Avamileno. Ao primeiro, por ter sido o responsável não apenas pelo objeto desta pesquisa, mas também pela minha presença no ABC. Ao segundo, por ter sido a razão da minha permanência em Santo André, cidade que tenho aprendido a amar como amo Franco da Rocha e que ensejou este trabalho.

Ao meu orientador e amigo, Jeroen Klink, pela paciência, generosidade e estímulo.

Aos professores do IMES, particularmente à Professora Doutora Priscila Ferreira Perazzo e ao Professor Doutor Marcos Villela Pereira, que me fizeram perseverar, principalmente nos momentos de maior dificuldade.

Aos colegas da Prefeitura Municipal de Santo André: Eduardo Correia, Cristina Pícaro, Neide e Chiquinho. Ao meu filho Brandino e à minha companheira, Ivete, pela grande ajuda sem a qual este trabalho não teria sido possível.

E um agradecimento especialíssimo à Maria Aparecida de Carvalho, minha colega e amiga, de cuja dedicação jamais poderia prescindir.

RESUMO

A proposta deste trabalho é discutir as possibilidades de ação da administração pública sobre a auto-imagem de uma cidade, a partir da evocação de representações presentes no imaginário coletivo mediante a política urbana implementada no Município e as ações de comunicação do governo municipal. Tais possibilidades são debatidas a partir da experiência de Santo André (SP), durante os anos 1997/2000, quando foi governada pela segunda vez pelo prefeito Celso Daniel.

O ponto de partida é uma pesquisa qualitativa sobre o imaginário coletivo andreense, realizada em 1997, quando a cidade projetava uma auto-imagem de cidade sem rumo, parada no tempo. Seus resultados são comparados, posteriormente, à auto-imagem andreense aferida em uma pesquisa realizada no início de 2001, procurando identificar que ações desenvolvidas pela gestão municipal contribuíram para a transformação verificada.

Após esse levantamento e análise, o estudo sugere a formulação de hipóteses sobre como o poder público – partindo da evocação de símbolos presentes no imaginário de uma comunidade – pode agir para transformar sua auto-imagem, utilizando-se dos veículos de comunicação, das dimensões midiáticas da própria política urbana ou, ainda, da ação mobilizadora que evoca o patriotismo urbano da população.

Palavras-chave: comunicação pública, imaginário coletivo, planejamento urbano, gestão das cidades.

ABSTRACT

The proposal of this work is to discuss the possibilities of the public administration to act on the self-image of a city, from the evocation of collective imaginary by means of the urban politics implemented in the City and the actions of communication of the municipal government. Such possibilities are debated from the experience of Santo André (SP), during years 1997/2000, when Mayor Celso Daniel governed the city for the second time.

The starting point is a qualitative research on the collective imaginary of townspeople, carried through in 1997, when the city projected an auto-image of city without route, stopped in the time. Its results were compared, later, to another poll carried through in the beginning of 2001, looking for to identify which actions developed for the municipal management had contributed for the verified transformation.

After this survey and analysis, the study suggest the formularization of hypotheses on as the public power – starting with the symbols latent in the collective imaginary - can act to transform its self-image, through the media, the optimization of information in urban policy and also the mobilizing action which calls for the people's urban patriotism.

Keywords: public communication, collective imagery, town planning, city management.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (tabelas, gráficos e quadros)	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Origem do estudo	9
1.2 Problematização	10
1.3 Objetivos	14
1.4 Justificativa	14
1.5 Delimitação do estudo	15
1.6 Metodologia	15
1.7 Vinculação à Linha de Pesquisa	16
2. REFERENCIAL CONCEITUAL	17
2.1 Da Idade Média às Cidades Globais	17
2.2 Globalização, Regionalismo e Regionalidade	21
2.3 Reestruturação Produtiva: Roterdã, Vale do Ruhr, Sesto San Giovanni e o ABC Paulista	24
2.4 Imaginário e Memória Coletivos	35
2.5 Comunicação e Imaginário Coletivo	43
3. ANÁLISE DE RESULTADOS	51
4. CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

1)	Ações de comunicação por temas – Prefeitura Municipal de Santo André – 1997/2000	58
2)	Avaliação de Serviços da Prefeitura de Santo André – jul/98 a jul/00	73
3)	Pergunta: <i>Santo André é uma pessoa...</i> – Pesquisa Mazzeo & Rangel – Set/2001	74
4)	Pergunta: <i>O que faria com um visitante para ele ter boa impressão de Santo André?</i> - Pesquisa Mazzeo & Rangel – Set/2001	75
5)	Resultado do pleito eleitoral 2000 – Santo André – TRE-SP	77

QUADROS

1)	Indicadores Socioeconômicos em Síntese – Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC – 1991 e 2000	28
2)	Indicadores Socioeconômicos em Síntese – Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC – 1991 e 2000	29
3)	Indicadores Socioeconômicos em Síntese – Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC – 1991 e 2000	30
4)	Indicadores Socioeconômicos em Síntese – Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC – 1991 e 2000	30
5)	Relação dos meios de comunicação sediados na Região do Grande ABC - Dezembro/2004	49

TABELAS

1)	Situação do emprego na Região do Grande ABC – 1991 e 1996	27
2)	Situação do emprego em Santo André – 1991 e 1996	28

1. INTRODUÇÃO

1.1 ORIGEM DO ESTUDO

O que suscitou a escolha deste tema foi a comparação entre duas pesquisas que buscavam perscrutar o imaginário coletivo da cidade de Santo André, uma de 1997 e outra de 2001. Ambas demonstraram ter havido profunda alteração na auto-imagem da cidade ao longo desse período.

A primeira delas, SANTO ANDRÉ - A CIDADE E OS DESAFIOS DA NOVA ADMINISTRAÇÃO¹, além de detectar a visão que os munícipes de Santo André tinham de sua cidade, procurava também hierarquizar problemas e vislumbrar potenciais do Município. A pesquisa obedeceu à técnica qualitativa de discussão em grupo, contando com a participação de seis conjuntos constituídos por pessoas de ambos os sexos, de todas as classes socioeconômicas², com idade entre 18 e 45 anos e residentes em regiões distintas da cidade.

Santo André foi então comparada a “‘uma pessoa que trabalha muito’, ‘lenta’, ‘se acabando’, ‘velha e triste’, ‘trancada em casa’, que ‘não quer saber de se divertir, só vegeta’; ‘carente’; ‘parada no tempo, precisando de ajuda’; ‘batalhadora, tem condições de crescer na vida, falta um pouco de oportunidade’, ‘precisa de um banho de shopping’; ‘de um SPA’”. Foi percebida também como uma cidade que proporciona baixa qualidade de vida aos seus moradores.

Quase cinco anos depois, mais precisamente em setembro de 2001, foi realizada a PESQUISA DE IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO – O OLHAR DE SANTO

¹ Elaborada por Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, em novembro de 1997.

² Classes A, B, C, D, definidas pelo critério da ABIPEME.

ANDRÉ³, que, ao questionar “se Santo André fosse uma pessoa, ela seria?”, obteve como resposta a representação da cidade como um homem de meia idade, pertencente à classe média, classificado como dirigente positivo, engenheiro, honesto e simpático. Os atributos positivos conferidos à cidade, também neste caso representada por uma pessoa, revelam claramente a absoluta discrepância perante a negatividade da qualificação expressa na primeira pesquisa, o que denota sensível alteração na auto-imagem do Município.

Ambas as pesquisas foram levadas a efeito pela Prefeitura Municipal de Santo André, no início e após o final do segundo mandato – não consecutivo – do Prefeito Celso Daniel (1997/2000). Essa alteração observada na auto-imagem, no decorrer dos quatro anos de governo, ensejou a discussão sobre a interferência das políticas públicas do governo municipal no imaginário coletivo, evidentemente compreendendo o imaginário como sendo uma construção permanente. O que este trabalho pretende é compreender como e por quais meios se deu tal transformação. E qual a importância dessa ação sobre as representações presentes no imaginário coletivo para auxiliar na superação do momento de intensa transformação econômico-social, em curso no município de Santo André.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A região do ABC paulista passa, desde a década de 80, por profunda transformação econômico-social, com sensível diminuição da participação industrial na sua economia⁴, o que provoca impactos de natureza econômica, social,

³ Realizada por Mazzeo & Rangel Consultores a partir de uma amostra de 1076 entrevistas. Data da coleta: 15, 16, 22 e 23 de setembro de 2001.

⁴ Fernando Luiz ABRUCIO e Márcia Miranda SOARES em Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC (São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas nº 24, 2001,

urbanística e cultural nas cidades que dela fazem parte. Em especial no município de Santo André, tais impactos se verificaram de forma bastante acentuada.

Nas últimas décadas do século XX, cidades em diferentes partes do mundo também sofreram a transição de uma economia predominantemente industrial para outra, fundada no setor terciário. Roterdã⁵ (Holanda), Vale do Ruhr⁶ (Alemanha), Sesto San Giovanni⁷ (Itália) e Detroit⁸ (EUA) constituem bons exemplos para melhor compreensão das implicações de tal transformação na organização da vida das cidades. Os fatores micro e macroeconômicos que atingiram todas essas economias são essencialmente os mesmos: a crise do modelo fordista⁹, as novas tecnologias e métodos de produção, além do surgimento de novos pólos produtivos internacionais.

Um processo como esse não traz somente conseqüências econômicas, sociais ou urbanísticas; também deixa marcas visíveis no sentimento dos habitantes de uma cidade e representações que têm de si mesmos. Jorge Mattoso, ao comentar a crise do setor industrial e a emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo, leva em conta também a insegurança que se abate sobre as pessoas: “(...) ampliava-se,

p. 129) destacam que a Região do Grande ABC “(...) está no centro das transformações que a partir da década de 70 vêm ocorrendo na economia mundial: reestruturação industrial, revolução tecnológica, diminuição dos postos de trabalho, crescimento do mercado informal, terceirização da economia, entre outros”.

⁵ Localizada na Holanda, cidade portuária que começou a viver sua crise na década de 70, com a explosão dos preços de petróleo.

⁶ Localizado no Estado da Renânia do Norte-Westfália, no oeste da Alemanha, é formado por 11 grandes cidades, cuja primeira fase da industrialização teve como base o carvão, posteriormente a indústria siderúrgica. A crise se agravou na década de 70, com o acirramento da concorrência internacional em torno do setor metalúrgico e dos preços internacionais do petróleo.

⁷ Localizada no norte da Itália, cidade onde se concentrava um grande parque industrial (indústria química, elétrica, mecânica e metalurgia) de modelo fordista, com muitos postos de trabalho, a cidade sofreu os impactos da reestruturação produtiva do final do século passado.

⁸ Berço da indústria automobilística norte-americana, apresenta profundas semelhanças com a trajetória social e econômica da Região do Grande ABC, também identificada com a história da indústria automobilística.

⁹ São características do modelo fordista: produção em escala, linhas de montagem, grande contingente de trabalhadores, produtos padronizados, etc.

de maneira inusitada para os padrões do século XX, um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho (desemprego, subemprego, novas formas de trabalho, sindicatos debilitados, exclusão social e concentração de renda) que constituíam verdadeira ‘desordem no trabalho’ ” (1995, p. 156).

Sheila Maria Doula¹⁰ relaciona as situações de crise, insegurança ou expectativa quanto ao futuro e seus reflexos no imaginário, identificando uma correlação entre imaginário e memória. Ou seja, pela memória são evocadas imagens e sensações do passado para que atuem no processo de cognição de uma realidade ainda inédita, imaginária. Assim, num período de transição, os conflitos ganham dimensões ampliadas e os horizontes e perspectivas humanas sofrem um processo de retração. A própria reação dos atores sociais envolvidos passa a refletir um clima de insegurança, criando um entrave à compreensão dos novos fatos e das atribuições de cada um nesse quadro atual.

No caso de Santo André, as marcas negativas na auto-imagem de seus moradores ficam evidenciadas na pesquisa de 1997. E é nesse contexto que a cidade elege, pela segunda vez, o Engenheiro Celso Daniel para prefeito, em 1996. Em sua administração, Daniel buscou fomentar o debate da criação de novos eixos de desenvolvimento municipal, envolvendo os setores público e privado, a partir da criação de espaços públicos não-estatais de participação e reflexão – orçamento participativo, projeto Cidade Futuro e conselhos municipais, entre outros. Procurou também instituir e implantar organismos intermunicipais¹¹ capazes de estimular a discussão, planejar e conduzir o desenvolvimento econômico regional do Grande

¹⁰ in: *Travessias, Ausências e Lembranças: imaginário e memória dos navegantes* (texto disponível em: www.imaginario.com.br).

ABC. É ao período compreendido pelo segundo mandato de Celso Daniel (1996/2000) que se refere esta pesquisa.

Além da articulação regional e dos espaços de participação cidadã, outros três eixos foram adotados por Daniel¹², em seu segundo mandato: políticas públicas de inclusão social, ações afirmativas de cidadania e qualidade de vida urbana. Este último, em grande parte, refletido nas intervenções urbanas de recuperação de áreas degradadas como galpões industriais abandonados, praças e jardins.

De que maneira esse conjunto de ações foi percebido pela população andreense, de modo a transformar sua visão de si mesma nesses quatro anos? Como esse conjunto de ações foi comunicado pela gestão municipal? Qual o papel dos veículos de comunicação e de uma eventual dimensão midiática da própria política urbana nessa transformação da auto-representação da comunidade, presente em seu imaginário coletivo? Quais os símbolos evocados pelas políticas de comunicação? Por que meios se estabeleceu o processo dialógico que possibilitou a evocação desses símbolos?

Em síntese, a pergunta-problema que se coloca neste estudo é:

Em que medida a administração pública, evocando símbolos e representações presentes no imaginário coletivo andreense, concorreu para a reversão de um quadro de auto-imagem negativa da comunidade?

A base teórica deste estudo resgata a discussão da gênese das cidades modernas, uma reflexão sobre as cidades globais e os conceitos de regionalismo,

¹¹ Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings (1990), Fórum da Cidadania do Grande ABC (1994) e do Subcomitê Billings/Tamanduateí (1996) - componente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

regionalidade e globalização. Propõe também investigar o processo de formação da memória e do imaginário coletivos e das possibilidades da comunicação pública, a partir da evocação de símbolos e representações, no processo contínuo de construção do imaginário coletivo, de forma a modificar a auto-imagem da comunidade.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo principal desta dissertação é elaborar hipóteses sobre a importância das políticas urbanas e de comunicação no processo de construção permanente do imaginário coletivo, a partir da compreensão do processo de formação da memória e do imaginário coletivos e de como nele são estruturadas as representações e a própria auto-imagem da comunidade.

1.4 JUSTIFICATIVA

O estudo da experiência de Santo André (gestão 1997/2000) poderá contribuir para a discussão sobre o papel do poder público municipal, tanto no enfrentamento de uma realidade caracterizada pelo processo de reestruturação socioeconômica, como na busca de novos eixos de desenvolvimento.

A existência de duas pesquisas qualitativas elaboradas imediatamente antes e depois do período estudado ofereceu dados empíricos que, juntamente com as demais fontes, permitiram a exploração das hipóteses levantadas ao final deste trabalho. A intensidade do impacto do processo de reestruturação produtiva sobre a economia e a sociedade andreenses e a própria identidade coletiva da cidade também concorreram para corroborar a opção.

¹² Programa de Governo 1997/2000 da coligação Respeito a Santo André

Por fim, outro elemento a justificar a escolha é a natureza ampla da estratégia de comunicação implementada, que, além das políticas públicas de comunicação *stricto sensu*, incorporava também os elementos midiáticos de um conjunto mais amplo de políticas públicas urbanas.¹³

1.5. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa restringe seu foco ao município de Santo André, no período de 1997 a 2000, durante o segundo mandato do Prefeito Celso Daniel.

1.6. METODOLOGIA

Procurou-se privilegiar na realização deste trabalho a análise do material produzido durante o governo do Prefeito Celso Daniel, como:

- a) os relatórios de comunicação da Prefeitura Municipal de Santo André – período 1997/2000;
- b) Caderno de Realizações do mandato do Prefeito Celso Daniel – período 1997/2000;
- c) Programa de Governo “Santo André com muito orgulho” (1996);
- d) dados estatísticos do Município.

A fonte para a elaboração das hipóteses sobre o impacto das políticas de comunicação no imaginário coletivo da população de Santo André, foram, principalmente, as pesquisas realizadas durante a administração do Prefeito Celso Daniel, como a pesquisa qualitativa *Santo André - A Cidade e os Desafios da Nova Administração e Pesquisa de Imaginário da População – O Olhar de Santo André*, a

¹³ Cidade Futuro, Eixo Tamanduateí, Cidade Agradável.

pesquisa de opinião e mercado, elaborada por Mazzeo & Rangel em 1998 no item meios de comunicação. E, por último, mas não menos importante, a pesquisa bibliográfica.

1.7 VINCULAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade. O estudo da experiência de Santo André oferecerá elementos para ampliar a discussão sobre as novas tarefas do poder público municipal, diante do desafio de articular e promover ações para o desenvolvimento local e regional, além de proporcionar subsídios para a elaboração de novas pesquisas acadêmicas, com maior amplitude ou abrangência.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

O referencial conceitual desta pesquisa compreende algumas considerações sobre a gênese das cidades, tal como hoje as conhecemos – cidades globais – e os conceitos de globalização e regionalidade. Há também um aporte teórico sobre memória coletiva, formação do imaginário e comunicação. A expectativa é que estes pressupostos possam contribuir para a compreensão do momento de transformação econômico-social vivido pela cidade de Santo André, bem como na discussão sobre a interferência das ações do governo municipal na mudança da auto-imagem da população andreense.

2.1 DA IDADE MÉDIA ÀS CIDADES GLOBAIS

Como ensina Jacques Le Goff, a especialização dos ofícios e o desenvolvimento de técnicas como metalurgia, cerâmica e vidraria foram desencadeados para atender aos emergentes mercados urbanos, ainda durante a Idade Média. Ele destaca o papel da cidade medieval no âmbito da produção: de agregação de valor, isto é, na transformação de matéria prima em mercadoria.

... “a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho” (1998: 49).

Desse modo, segundo Le Goff, a origem do mercado está implicitamente ligada à formação das cidades que, ao concentrar em determinado espaço uma população numerosa com necessidades específicas, encontra no mecanismo de trocas a única maneira de supri-las. Para Raquel Rolnik,

“A expansão do caráter mercantil da cidade se dá quando se constitui uma divisão do trabalho entre cidades. Quando isto acontece, as atividades podem se especializar ainda mais na medida em que a produção deverá suprir uma demanda muito mais ampla do que a do mercado local” (1988: 27).

Na Antiguidade, ocorrera a junção de cidades – antes autônomas –, o que propiciou as condições para o florescimento de uma economia urbana. Nesse momento, a cidade deixa de ser apenas a sede da classe dominante para fazer parte da cadeia produtiva: “o trabalho de transformação da natureza é iniciado no campo e completado na cidade, passando o camponês a ser consumidor de produtos urbanos (...)”, estabelecendo-se assim um sistema de troca entre cidade e campo. O Império Romano, onde o comércio circulava livremente e as cidades eram interligadas por estradas ou portos, é um exemplo desse processo (Rolnik, 1988: 27).

Com o crescimento e proliferação das cidades, o sistema feudal – já enfraquecido por pestes e pela baixa elasticidade da oferta de terras – entra em crise. O crescimento das cidades não se restringe aos aspectos econômicos, mas configura-se em um novo dimensionamento político. O aprimoramento dessas transformações permitiu a consolidação do modo de produção capitalista.

Segundo Georges José Pinto (2001:18-22), o século XXI já pode ser considerado um século urbano. A cidade torna-se o lugar estratégico para o desenvolvimento, uma vez que a globalização promoveu o aumento, em escala e em complexidade, das transações econômicas. As empresas, agora operando globalmente, necessitam adquirir insumos cada vez mais especializados, o que demanda uma concentração de infra-estrutura – equipamentos sofisticados de comunicação, recursos humanos altamente capacitados e empresas especializadas em serviços (contábeis, jurídicos e de gerenciamento). Requerem ainda acesso a uma rede de serviços que só pode ser encontrada nas cidades.

A cidade é o lugar onde acontece o progresso econômico, a integração das culturas, o intercâmbio de experiências, entre outros. Para Saskia Sassen, as grandes metrópoles são os centros de decisão no mundo do capitalismo. Em decorrência da tecnologia, a produção já pode ser dispersa, desvinculando-se assim dos setores de gestão e produção.

O peso da atividade econômica deslocou-se de lugares baseados no setor industrial para centros financeiros e de serviços altamente especializados, que existem em pequeno número e são chamados de *ciudades globais*. Tais cidades são centros de serviços financeiros e de decisão de grandes empresas, algumas, inclusive, sedes do poder governamental. Por serem centros, conseguem atrair serviços altamente especializados, também crescentemente globalizados e relacionados com essa centralidade.

Tânia Fischer destaca a nova configuração do poder como traço distinto das cidades contemporâneas, não mais circunscrito aos setores público ou privado. Identifica pontos de intersecção em diferentes escalas – local, nacional, transnacional – e, ainda, detecta aspectos singulares e plurais nas cidades, que convivem simultaneamente. Singulares na especificidade histórica que concede à cidade sua identidade própria. Plurais em suas relações e manifestações. É preciso salientar que tais redes de relações – formais ou não – estão em constante mutação:

“Conceitos polares como competitividade e sinergia, globalidade e localismo aproximam-se em virtude de estratégias de desenvolvimento e tecnologias de informação. A janela eletrônica muda a visão do mundo e do mundo próximo que é a cidade, que passa a ser imagem e representação na janela eletrônica” (1996: 16).

Diante do contexto da globalização e seu rebatimento local, configuram-se novos desafios na gestão das cidades: reduzir as desigualdades, oferecer melhor

qualidade de vida, melhorar os serviços, promover desenvolvimento sustentável e equacionar a violência urbana.

“Será parte da agenda o fortalecimento da governabilidade, a regeneração da capacidade de governar e de criar uma esfera pública competente e ética, que se relacione com a sociedade e o mercado com novas pautas de convivência e partilhas do poder” (1996: 21).

Na Região do Grande ABC, esse desafio tem sido enfrentado a partir da articulação das lideranças políticas e econômicas locais que, aos poucos, vêm construindo uma institucionalidade própria inspirada nas melhores experiências de territórios que passaram por transformações semelhantes mundo afora¹⁴.

Todavia, há que considerar o fato de que o Estado brasileiro se organiza, desde a Proclamação da República, como uma Federação, conforme aponta Celso Daniel (1999: 193) e destaca: *“(...) parece fundamental estabelecer o papel dos municípios na Federação, à medida que, se de um lado o poder local não se sustenta de modo isolado, por outro, um projeto nacional supõe a soldagem de um pacto, com novas motivações, envolvendo Estados e municípios”.*

Outro aspecto dessas articulações se refere ao princípio de cooperação entre os atores envolvidos (públicos e privados). *“É claro que os participantes desse processo (...) possuem interesses específicos, em regra, conflitantes entre si. E não se trata de abrir mão desses interesses (...). Mas também é verdade que processos de cooperação só serão assumidos pelos vários protagonistas se os frutos positivos esperados contemplarem a todos (num jogo de soma positivo)”* (Daniel 1999: 198).

Vale ressaltar que, mesmo diante dos limites e desafios, o fenômeno de cooperação regional no Grande ABC é exemplo bastante original e singular, a que se agrega um aspecto particular da realidade brasileira: a experiência se prolonga por mais de uma década, ao contrário da instabilidade predominante.

¹⁴ Vale do Ruhr, na Alemanha; Sesto San Giovanni, na Itália; Detroit, nos EUA; Roterdã, na Holanda.

2.2 GLOBALIZAÇÃO, REGIONALISMO E REGIONALIDADE

Embora haja pouco consenso entre os autores sobre o significado de *globalização*, o sentir comum do termo parece prender-se às transformações no cenário mundial que derivam, basicamente, da integração dos mercados. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo interpreta *globalização* como “evolução” do capitalismo, com apoio na obra de Marx:

“Tal tendência da produção capitalista a se expandir e a penetrar cada vez mais em espaços novos transformadores foi prevista admiravelmente por Marx, ainda no séc. XIX. Segundo ele, ‘ao mesmo tempo em que o capital tende, por um lado, necessariamente, a destruir todas as barreiras espaciais opostas ao tráfego, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar a terra inteira como um mercado, ele tende, por outro lado, a anular o espaço por meio de tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar outro.’” (1997: 68).

Assim, a globalização da economia pode ser encarada como consequência de um processo mais antigo, de internacionalização do capital e da expansão dos mercados, dentro da lógica do modo de produção capitalista. Para a autora, outro aspecto importante é que o avanço da globalização está diretamente ligado à falência do socialismo, simbolizada pela queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. Verifica-se também a interferência política de certas nações em outras, inclusive de instituições de países exercendo pressão sobre outros países, principalmente no âmbito dos direitos humanos e questões ambientais. Como exemplos: a presença cada vez maior de organismos internacionais atuando na Amazônia brasileira e a ação do juiz espanhol Baltazar Garzón, que logrou deter o General Pinochet, em Londres, pelos crimes cometidos quando ditador no Chile (décadas de 70 e 80).

Os impactos da globalização colocam em xeque o tradicional conceito de região, até então vinculado a dimensões geográficas. Jeroen Klink (2000: 10-51) ressalta que o debate sobre o papel das regiões adquire novo fôlego em razão das mudanças no quadro da economia mundial. Segundo o autor, *regionalismo* tem sido definido de várias maneiras, fundamentando-se a concepção tradicional na intervenção econômica dos governos na economia para promover o desenvolvimento regional. Hoje, no entanto, a tendência recorrente é facultar às regiões mais diretamente expostas a formas internacionais de competição a decisão de suas próprias políticas, de modo que venham a tornar-se sujeitos de seu próprio desenvolvimento. Esse novo regionalismo enfatiza a viabilidade das regiões na ordem multipolar global – sucessora da ordem bipolar da chamada *Guerra Fria*, que se organiza em suas bases, espontaneamente, e não por imposição dos Estados nacionais.

O conceito de *regionalidade* parece confundir-se, segundo o autor, com o de *regionalismo*. Entretanto, a regionalidade vincula-se com a reorganização do Estado local, onde novas formas de parceria emergem para guiar e promover o desenvolvimento de recursos locais. Assim, só se pode falar de regionalidade quando existe a efetiva cooperação entre instâncias de governo regional e os vários segmentos da sociedade civil, aliadas no propósito de promover o desenvolvimento regional.

Klink afirma que as teorias de regionalidade destacam duas importantes vertentes: a globalista e a regionalista. A primeira se consolida a partir dos pressupostos de Tiebout (1956) cujo cerne é o consumidor/cidadão. Os governos locais teriam de se ajustar às preferências do consumidor, no que se refere às ofertas e aos preços dos serviços públicos. Tais consumidores – capital e trabalho –

se transfeririam de uma cidade ou região em busca das condições ideais. Daí a concorrência entre as localidades para atrair novos consumidores.

Na vertente globalista estão os autores pertencentes à escola da Nova Política Urbana, cuja tendência são as políticas de desenvolvimento econômico local. Diante do alastramento da crise nas cidades industriais, a alternativa para os governos e comunidades locais seria o oferecimento de concessões de todos os tipos – regulação flexível, isenções tributárias, investimentos públicos – para “atrair uma atividade econômica que crie valor agregado alto e base tributária para a comunidade local” (2000, 16-17).

Saskia Sassen defende uma variação dessa teoria, cujo viés é o “surgimento de redes de cidades e regiões que estariam conectadas entre si numa sociedade global baseada no fluxo de informações”, minimizando gradativamente o papel do Estado-Nação. Outra vertente é representada por Kenichi Ohmae, que aprofunda a crítica à inoperância do Estado-Nação, ao mesmo tempo em que avaliza as “zonas econômicas especiais” como alternativa de desenvolvimento econômico. Implementadas em países orientais, nelas quaisquer mecanismos ou políticas são válidos, desde que contribuam para atrair capitais.

A segunda linha teórica identificada por Klink – a regionalista – consiste na possibilidade de uma “reterritorialização” do desenvolvimento econômico no contexto da globalização, partindo da premissa de que houve elevação dos investimentos em fatores estruturais nas comunidades, o que implica maior capacidade de aliar as especificidades locais às oportunidades derivadas da globalização. Um dos pressupostos é a combinação do *labor pooling* (bacia de mão-de-obra qualificada) e distritos industriais na formação de redes entre diferentes produtores e fornecedores. Essas redes, em cuja formação é fundamental a participação dos atores locais – o

sindicatos patronais e de empregados, governos locais e organizações não-governamentais –, propiciariam “externalidades tecnológicas positivas” e outros benefícios.

2.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ROTERDÃ, VALE DO RUHR, SESTO SAN GIOVANNI E O ABC PAULISTA

A cidade-região de Roterdã (na Holanda), que começou a viver sua crise na década de 70, com a alta dos preços do petróleo, merece destaque pela experiência de intervenção pública. Devido à sua especificidade geográfica, de porto e centro financeiro, sempre esteve aberta aos fluxos comerciais e financeiros. Seu processo de revitalização foi baseado em investimentos¹⁵ de infra-estrutura urbana de renovação do porto e, particularmente, na construção de uma ponte que liga os dois lados da cidade, possibilitando assim a revitalização de um espaço urbano em decadência e, conseqüentemente, servindo de atração a novos investimentos.

Uma importante experiência de formação de redes locais foi a do Vale do Ruhr¹⁶. Assolado inicialmente pela crise do carvão – decorrente do surgimento de outras fontes de energia, que impulsionou o traslado das siderúrgicas locais para outros países em busca de menores custos –, a região sofreu nos anos 70, um agravamento dessa crise em função do acirramento da concorrência internacional em torno do setor metalúrgico e do aumento dos preços internacionais do petróleo. Os efeitos da crise – degradação ambiental e deterioração da malha urbana – foram potencializados pela pouca tradição de cooperação entre os atores locais. Como reação a essa conjuntura, houve uma articulação do setor público, empresariado, sindicalistas e membros da sociedade civil que resultou na implantação de uma

¹⁵ Com recursos da União Européia.

agência de desenvolvimento regional a qual – ao adotar estratégias de desenvolvimento coordenadas com políticas de revitalização ambiental – garantiu o êxito de um modelo de desenvolvimento sustentável e a transformação de uma das áreas mais deterioradas da Alemanha.

Sesto San Giovanni, cidade localizada no norte da Itália, foi também assolada pela crise industrial. Após um período de hegemonia da indústria têxtil, floresceram na economia da região a metalurgia do aço e as indústrias química, elétrica e de engenharia mecânica. Tais empresas, de modelo fordista¹⁷, dispunham de muitos postos de trabalho. No auge da indústria de Sesto San Giovanni, em 1979, sua população era de 98.000 habitantes – apenas a empresa Falck (indústria de vagões, extinta em 1995) chegou a empregar 9 mil trabalhadores – já em 1996, sua população era de 86.000¹⁸.

Segundo Daniel (1999: 182-242), o processo de mobilização que garantiu a retomada do crescimento em Sesto San Giovanni foi a construção de vantagens competitivas, dentre as quais merece destaque o grau de organização e articulação de seus atores. Os últimos dois exemplos apresentados, Vale do Ruhr e Sesto San Giovanni, demonstram os resultados concretos da criação de redes de cidades e regiões na elevação de investimentos estruturais, adquirindo assim maior capacidade de aliar as especificidades locais às oportunidades globais.

No Brasil, os processos inéditos de articulação intermunicipal ganharam destaque na Região do Grande ABC paulista, que protagonizou a articulação, envolvendo instituições públicas, privadas, sindicatos e representantes da sociedade

¹⁶ O Vale do Ruhr, maior região industrial da Alemanha, está localizado no Estado da Renânia do Norte-Westfália e é formado por 11 grandes cidades, com população estimada em 5,3 milhões de habitantes.

¹⁷ São características do modelo fordista: produção em escala, linhas de montagem, grande contingente de trabalhadores, produtos padronizados, etc.

¹⁸ Fonte: Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento OCDE, 1997.

civil da região na criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings (1990), do Fórum da Cidadania do Grande ABC (1994) e do Subcomitê Billings/Tamanduateí (1996) – componente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê –, culminando com a formação da Câmara Regional do Grande ABC (1997) e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1998).

Tais processos de articulação intermunicipal ocorreram como formas de reação à desestruturação socioeconômica verificada na Região a partir da década de 80, em função de sucessivas crises na economia brasileira, intensificadas pelo processo de globalização e de reestruturação produtiva¹⁹, responsáveis pelos altos índices de desemprego e precarização das relações de trabalho.

O ABC tornou-se conhecido nacionalmente pela pujança de seu parque industrial, mas também pelo seu extraordinário peso político: local onde, no final da década de 70, ocorreram os movimentos grevistas que deram impulso a uma renovação sindical e político-partidária no Brasil. Conforme descrevem Fernando Luiz Abrucio e Márcia Miranda Soares,

“Em termos sociais e políticos, o ABC é marcado por uma trajetória associativista que fez emergir o novo sindicalismo e outros movimentos sociais na década de 70, tendo estes uma importante contribuição no processo de redemocratização do País e no surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), uma das principais forças partidárias da atualidade” (2001: 128).

No que se refere à crise no setor industrial, o impacto na Região foi significativo, como demonstra a situação do emprego durante a década de 90 (Tabela 1).

¹⁹ Entende-se por *reestruturação* a reforma da estrutura econômica de forma abrangente e suas respectivas entidades reguladoras - direitos trabalhistas, legislação e regulamentação de mercados, direitos de consumidores, mercado financeiro, papel do Estado, etc. -, envolvendo ainda as relações entre empresas e mudanças internas na própria empresa.

Tabela 1) Situação do Emprego na Região do Grande ABC - Anos: 1991 e 1996

	1991	1996	Evolução 1991/1996
Total de empregos ocupados	518.954	484.061	-6,7%
Empregos ocupados na indústria	294.739	247.502	-16,0%
Empregos ocupados no comércio	56.492	64.966	15,0%
Empregos ocupados nos serviços	129.991	167.597	28,9%
Demais empregos ocupados	37.732	3.996	-89,4%

Fonte: Fundação SEADE

Elaboração Própria

Os números indicam retração de 6,7% no total de empregos ocupados no período de 1991 a 1996. No segmento industrial, percebe-se a diminuição abrupta de 16% nos postos de trabalho, enquanto os empregos no comércio e serviços aumentaram em 15% e 28,9%, respectivamente. Já o item 'demais trabalhos' sofreu variação negativa de 89,4%. Convém ressaltar que nos 'demais trabalhos' está incluída a categoria de empregados domésticos, diretamente comprometida em decorrência do desemprego industrial.

No município de Santo André, a retração do 'total de empregos ocupados', de 11,3% (tabela 2), foi superior ao resultado regional (tabela 1). A redução dos postos de trabalho na indústria (-29,7%) também ocorreu de forma mais acentuada e no comércio a evolução registrada foi de apenas 6,2%, enquanto na Região foi de 15%. Os empregos no setor de serviços no Município tiveram crescimento de 39%, quase dez por cento acima do resultado registrado na Região.

Tabela 2) Situação do Emprego em Santo André - Anos: 1991 e 1996

	1991	1996	Variação 1991/1996
Total de empregos ocupados	127.501	113.131	-11,3%
Indústria	52.142	36.663	-29,7%
Comércio	20.585	21.855	6,2%
Serviços	38.536	53.558	39,0%
Demais empregos	16.238	1.055	-93,5%

Fonte: Fundação SEADE

Elaboração Própria

O aprofundamento local desse processo de migração dos postos de trabalho da indústria para o setor terciário, e suas conseqüências sociais, permitem constatar um fato inequívoco: a queda de padrões salariais, uma vez que a dinâmica salarial do terciário é significativamente inferior em relação ao setor industrial. Em estudo divulgado pela Fundação Seade, o “salário do emprego formal, segundo o setor de atividade”, de 1991 no município de Santo André apresenta os seguintes resultados:

- ✓ Indústria: R\$ 1.453,86
- ✓ Serviços: R\$ 700,67

O reflexo desses resultados pode ser percebido nas variáveis que integram o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, publicadas no *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2003*²⁰, demonstrando o efeito nas condições socioeconômicas da população local.

Quadro 1) Indicadores Socioeconômicos em Síntese - Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC - 1991 e 2000

	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	VARIAÇÃO	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000	VARIAÇÃO	Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola, 1991	Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola, 2000	VARIAÇÃO
RM São Paulo	68,48	70,43	2,8%	32,81	27,71	-15,5%	90,70	96,65	6,6%
Região do Grande ABC	69,13	71,00	2,7%	28,69	19,18	-33,1%	92,58	97,49	5,3%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

²⁰ Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Instituto de Pesquisas Aplicadas IPEA e a Fundação João Pinheiro FJP, com base nos dados censitários (IBGE) de 1991 e 2000.

O quadro 1, com resultados da Região Metropolitana de São Paulo, Região do Grande ABC e Santo André, demonstra que, na década 1991/2000, ocorreram avanços proporcionalmente menos significativos na Região do Grande ABC – exceto no combate à mortalidade infantil – que na Região Metropolitana de São Paulo.

Nos indicadores de educação (quadro 2), percebe-se uma evolução mais expressiva na Região do Grande ABC.

Quadro 2) Indicadores Socioeconômicos em Síntese - RMSP e Região do Grande ABC - 1991 e 2000

	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 2000	VARIAÇÃO	Média de anos de estudo (pessoas a partir de 25 anos de idade), 1991	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 2000	VARIAÇÃO
RM São Paulo	8,72	5,57	-36,1%	6,19	7,33	18,4%
Região do Grande ABC	9,33	5,68	-39,1%	5,62	6,98	24,2%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O quadro 3 apresenta maiores índices de evolução de Renda Per Capita para o município de Santo André (18,8%) e Região do Grande ABC (15,2%), o que pode ser atribuído à influência dos trabalhadores remanescentes do segmento industrial, que, mesmo em retração, ainda detém proporção significativa de trabalhadores (vide Tabelas 1 e 2). Todavia, o Índice de GINI²¹ está em elevação, o que significa que os níveis de desigualdade social estão aumentando.

²¹ O índice de GINI, que varia de zero a um, neste caso utilizado para mensurar igualdade ou desigualdade das condições socioeconômicas, consegue – com a combinação dos resultados de algumas variáveis (renda, educação, saúde – identificar os níveis de desigualdade social de um município, unidade da Federação ou país. Quando o índice é igual a zero, há situação teórica de igualdade. Quando igual a 1 (um), ocorre situação de máxima desigualdade. Portanto, na medida em que o resultado se aproxima de 1 (um), houve aumento da desigualdade ou concentração de renda.

Quadro 3) Indicadores Socioeconômicos em Síntese - Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC - 1991 e 2000

	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000	VARIAÇÃO	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	VARIAÇÃO
RM São Paulo	462,00	508,00	10,0%	0,55	0,61	10,9%
Região do Grande ABC	369,00	425,00	15,2%	0,46	0,51	10,6%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os resultados do quadro 4 demonstram elevação proporcional de pobres²² e de indigentes²³, como também das pessoas residentes em domicílios subnormais (favelas), tanto na Região do Grande ABC como na Região Metropolitana de São Paulo.

Quadro 4) Indicadores Socioeconômicos em Síntese - Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC - 1991 e 2000

	Percentual de Pobres, 1991	Percentual de Pobres, 2000	VARIAÇÃO	Percentual de Indigentes, 1991	Percentual de Indigentes, 2000	VARIAÇÃO	Percentual de pessoas em domicílios subnormais, 1991	Percentual de pessoas em domicílios subnormais, 2000	VARIAÇÃO
RM São Paulo	9,44	14,09	49,3%	3,34	6,53	95,5%	7,64	9,39	22,9%
Região do Grande ABC	9,88	14,13	43,0%	3,35	6,41	91,1%	8,86	11,03	24,5%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado em 2003, registrou importantes transformações socioeconômicas no País. No entanto, detectou ainda que, dentre as 25 regiões metropolitanas brasileiras, a de São Paulo foi a que menos progrediu em termos de qualidade de vida no período. Comparando os resultados da Região Metropolitana de São Paulo e da Região do Grande ABC, principalmente no que se refere à pobreza, indigência, favelização e desigualdade, é possível afirmar que o impacto da reestruturação econômica exacerbou os problemas sociais da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente da Região do Grande ABC.

Em Santo André, esse impacto se verificou de forma particularmente acentuada, talvez pelas peculiaridades de seu próprio processo de industrialização.

²² Pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo.

²³ Pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

Embora sua fundação remonte ao século XVI, a industrialização do Município teve início apenas na segunda metade do século XIX, como extensão da industrialização da capital paulista, que, por essa época, já ganhara o Brás, a Mooca e o Ipiranga. Ganha impulso ainda maior com a implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (administrada até 1944 pela empresa inglesa São Paulo Railway Company), que estimulou e dinamizou a atividade industrial na Região, seu principal segmento econômico pelos próximos cem anos, concentrando vários setores industriais, como químicas, metalúrgicas e mecânicas. Segundo Silvia Passarelli (1994: 13), as empresas se instalaram estrategicamente ao longo da ferrovia que corria paralela ao leito do Rio Tamanduateí.

O transporte ferroviário – principalmente os trens de carga – foi fator determinante de atração de indústrias, antecedendo a expansão da área residencial. Mas a ferrovia não era o único atrativo ao desenvolvimento industrial. Havia também grande oferta de terrenos planos e de baixo custo e água em quantidade para o processo produtivo. A presença do imigrante nos núcleos coloniais e a dificuldade de manter a produção agrícola favoreceram, também, essa industrialização.

Aproveitando o advento da indústria e procurando intensificá-lo e diversificá-lo, a Prefeitura Municipal de Santo André, à época, criou ainda um incentivo às indústrias que ali quisessem se instalar: isenção de taxas e tributos para a instalação de indústrias com mais de 50 empregados e sem similar no Município (Lei Municipal n.º 95, de 16 de setembro de 1911). A aprovação da Lei intensificou o processo de industrialização de toda a área junto ao eixo ferroviário, como já vinha ocorrendo na cidade de São Paulo, entre as estações da Mooca e Barra Funda.

A isenção municipal estimulou a diversidade do parque industrial andreense, trazendo para os arredores da ferrovia indústrias de móveis, têxteis, metalúrgicas,

químicas, farmacêuticas, de transformação da borracha, numa grande diversidade de produção industrial local. Outras indústrias de porte médio, aproveitando os estímulos fiscais, também foram construídas nos primeiros anos do século XX: Fábrica de Tecidos Bella Vista, depois Irmãos Tognato & Companhia; Casa Publicadora Brasileira; Gianoglio & Filho, indústria de móveis; Pezzolo e Cia, fabricação de geladeiras, marcenaria e carpintaria; Alfredo Flaquer e Cia, fábrica de tecidos; Matadouro Martinelli, depois Swift-Armour.

Após a Primeira Guerra Mundial e a estabilidade econômica mundial, a cidade de São Paulo seguiu consolidando-se como o coração industrial do País. Santo André, na esteira desse desenvolvimento, atraiu, por sua vez, a instalação de indústrias com a Rhodia Química – na fabricação de lança-perfume, celulose e outros produtos químicos e farmacêuticos –, a Indústria Metalúrgica Lidgerwood – de máquinas agrícolas –, a Fichet, Schwartz & Hautmont – estruturas metálicas e cofres –, a Companhia Nacional de Condutores (CONAC), depois Pirelli – fabricação de pneus e condutores elétricos –, a Atlantis do Brasil – produtos de limpeza –, a Companhia Brasileira de Cartuchos, do grupo Matarazzo, e a Rhodia Têxtil – produção de fios sintéticos.

A partir de meados da década de 1920, a instalação de indústrias em Santo André foi favorecida pela ampliação do fornecimento de energia elétrica (represamento dos rios Grande e Pequeno e a construção da Usina Henry Borden). Segundo Silvia Passarelli: *“Com uma queda de água de mais de 700 metros, o projeto do engenheiro Billings garantiu a energia que movimentou o crescimento de São Paulo e de todas as cidades ao seu redor”* (1994: 42).

Ainda segundo Passarelli, embora fossem extensão do parque industrial paulistano, as novas indústrias locais tiveram uma instalação característica: ao invés

de grandes depósitos em todo o lote, as indústrias próximas à estação ferroviária reservavam áreas para jardins com árvores de grande porte. Assim, chaminés e pavilhões industriais ficaram rodeados por vegetação e, da linha férrea, a paisagem se ampliava além dos edifícios e dos muros (1994: 42). Daí o principal parque do Município (atual Parque Celso Daniel) ainda ser chamado pelos antigos moradores da cidade de “Clube da GE” – por ter sido desmembrado da extinta indústria General Electric.

Outra especificidade da industrialização andreense: as indústrias não construíam residências para seus operários. Ao redor da estação ferroviária, foram construídas casas apenas para os operários de segurança da indústria e técnicos estrangeiros. Eram poucas casas, algumas delas construídas longe da área de produção, como as residências dos franceses da Rhodia (Bairro Jardim) e as casas de operários do Lanifício Kowarick.

A construção do conjunto operário ao redor da Fábrica Ypiranguinha, nos primeiros anos do século XX, foi uma exceção à regra. Acredita-se que a construção foi resultado das duas greves por melhores salários e condições de trabalho, ocorridas em 1902 e 1906, visando exercer maior controle sobre os movimentos reivindicatórios.

A inauguração da Via Anchieta, em 1947, implicou o fim do monopólio da estrada de ferro na ligação com o porto de Santos e, concomitantemente, fortaleceu a implantação de indústrias (principalmente montadoras de veículos) fora do eixo da ferrovia. A indústria automobilística proporciona, pois, a implantação de um parque industrial mais moderno no ABC, instalado ao longo não mais da ferrovia, mas da via Anchieta, ao mesmo tempo em que o transporte rodoviário passa a substituir o ferroviário como principal setor do transporte brasileiro. Aspecto determinante para o

final do monopólio da ferrovia foi o interesse da nova política econômica nacional e internacional de estimular o desenvolvimento do transporte rodoviário. Explica Passarelli:

“No Brasil a entrada na era do automóvel se deu de maneira mais evidente com a abertura da economia para o capital estrangeiro no governo Juscelino Kubitschek, que facilitou a instalação das montadoras de automóveis. Ao abrir estradas, os governos Federal e Estadual deram novo incentivo à indústria do automóvel, pois deram condições mínimas à circulação dos veículos particulares e dos caminhões por todo o País” (1994: 28).

A partir da década de 1970, Santo André sofreu um intenso processo de desconcentração industrial. Na desindustrialização, o Município também foi pioneiro da obsolescência²⁴ das instalações industriais e, conseqüentemente, da produção em função da especificidade de seu parque industrial. O parque industrial que se instala no ABC a partir dos anos 40, com a construção da via Anchieta e o declínio do transporte ferroviário, calca-se na indústria automobilística – então o setor mais dinâmico da economia brasileira – e concentra-se em Diadema e São Bernardo do Campo. Já o parque industrial instalado no eixo EFSJ, como o de Santo André, produto de uma matriz tecnologicamente mais atrasada, dá sinais de obsolescência precoce em relação ao outro.

A partir da década de 1980, pelos efeitos da globalização e inúmeros fatores da reestruturação produtiva, a retração industrial se intensifica, gerando enormes vazios urbanos e, conseqüentemente, brusca queda de receitas locais, declínio na capacidade de captação de investimentos, aumento do desemprego e da violência urbana. A área localizada na várzea do Rio Tamanduateí, ao longo da Ferrovia, foi

²⁴ Desatualização dos equipamentos industriais ou produtos industrializados, provocada pelo aparecimento de novos produtos ou equipamentos.

duramente atingida por esse processo, transformando-se num cenário de estagnação e deterioração urbanística.

2.4 IMAGINÁRIO E MEMÓRIA COLETIVOS

O impacto de todo esse processo, evidentemente, não se poderia restringir ao meio físico, econômico e social da cidade, sem provocar marcas igualmente profundas na memória e no imaginário da comunidade, na sua representação como cidade, que vão se moldando com o decorrer dos acontecimentos, na medida em que a situação de crise torna-se mais perceptível e contundente. Para alcançar essa dimensão, vamos recorrer à discussão do conceito de *memória* de Maurice Halbwachs, para quem a lembrança decorre de sentimentos.

O autor atribui a cada pessoa a condição de interagir em duas espécies de memória: a individual e a coletiva. De um lado, a lembrança individual, uma somatória de experiências vividas ou narradas que são apreendidas – ou não – por meio de critérios objetivos ou subjetivos no quadro de cada personalidade. Por outro, um conjunto de lembranças compartilhadas com outras pessoas ou grupos e que se tornam impessoais. Seguindo essa lógica, a memória coletiva pode ser definida como o resultado de compartilhamentos:

“... é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo” (1990: 83 - 84).

Para justificar tal afirmação, o autor recorre ao exemplo de uma cidade visitada no passado, quando aquilo que percebemos nos ajuda a reconstruir uma imagem mental na qual muitos aspectos já se haviam mergulhado no esquecimento. Segundo o autor, trata-se de um processo no qual aquilo que vemos hoje toma lugar

no quadro de nossas lembranças antigas, enquanto essas mesmas lembranças se adaptam às nossas percepções atuais, como se confrontássemos divergências a fim de reconstruir e reconhecer um conjunto de lembranças. Por mais individuais que tenham sido essas experiências, suas lembranças seriam necessariamente coletivas.

Portanto, a memória não é mero fenômeno de interiorização individual, mas – e principalmente – construção social e fenômeno coletivo. A memória que se constitui no cérebro de cada indivíduo é uma construção coletiva, formulada a partir da experiência do indivíduo em determinado grupo social, do ponto de vista desse grupo.

“No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais freqüentemente em contato com ele. Quanto àquelas que concernem a um pequeno número e algumas vezes a um só de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória – já que, ao menos por uma parte, elas se produzem dentro de seus limites –, passam para último plano” (1990: 45).

A memória coletiva perpetua-se em função de uma base plural – conjunto de indivíduos que permeiam suas lembranças, primeiramente, “enquanto membros do grupo”. Dessa junção de lembranças sobrepostas, resultarão diferentes memórias individuais, posto que “não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles”. É possível, então, afirmar que cada memória individual é tanto uma faceta como um elemento da memória coletiva. Não é algo estático, mas que evolui de acordo com o papel que se desempenha no grupo ou com as relações mantidas com outros grupos.

“A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto” (1990:51).

A memória seria o depositário de todas as lembranças, imagens e impressões que o indivíduo acumula ao longo da vida, tanto as derivadas de sua vivência pessoal quanto das referências construídas pela sociedade humana ao longo de sua trajetória civilizatória. E está sempre relacionada à opinião comum de um grupo, seja qual for, porque “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”.

Jacques Le Goff, em *História e Memória*, confere à memória o atributo de “elemento essencial na construção da identidade – individual ou coletiva”. Nesse sentido, sua abrangência é ampliada e, como elemento de construção da identidade coletiva, torna-se também instrumento e objeto de poder. Portanto, memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos. E acrescenta:

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem” (1996: 477).

Se a todo grupo corresponde uma memória coletiva, à uma cidade também corresponde uma memória coletiva específica, própria dos indivíduos a ela pertencentes, não apenas com traços comuns a todos, mas que permeia a própria memória individual de cada um.

Quanto às imagens, também elas se formam no interior do cérebro humano como reflexos de objetos concretos. A imagem, embora corresponda ao objeto, não o substitui: um sujeito é a imagem que cada um cria do objeto em questão, outro é o próprio objeto. Construídas no universo mental, as imagens não são estáticas posto que se constituem em momentos diversos, transformam-se, superpõem-se, ligadas que estão à nossa percepção da natureza e da vida social (Sartre, 1996: 19).

O real existe a partir das idéias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida, sendo, portanto, uma interpretação individual da realidade. E as idéias são representações mentais de objetos concretos ou abstratos, inseridas no quadro das representações mentais junto aos símbolos, ao contrário da imagem, que guarda identidade com o objeto que representa. O símbolo é um signo determinado pelo seu objeto dinâmico somente no contexto em que é interpretado (Laplantine e Trindade, 1999: 11 e 12).

Outra abordagem é a da escola antropológica e filosófica substancialista, para a qual a idéia é a menos verbalizável do universo simbólico: imagens e imaginário são sinônimos do simbólico, já que as imagens contêm sentidos universais cujas explicações nos remetem ao inconsciente e às estruturas biopsíquicas e sociais da espécie humana. Ao não diferenciarem imagens e símbolos, as especificidades históricas, sociais e culturais são remetidas a um segundo plano. Os agentes da construção imaginária são impessoais, portanto, a diversidade de sentidos existentes nas diferentes culturas, por exemplo, é desprezada.

Segundo Laplantine e Trindade, as diferentes teorias funcionalistas, estruturalistas, hermenêuticas, fenomenológicas e cognitivistas enfatizam o nível consciente sobre o inconsciente, buscando a diferenciação entre imagem, imaginário e símbolo nas relações que estabelecem entre os termos, não segundo as substituições. Para elas, os símbolos são esquemas de ações intencionais produzidas nas interações entre os homens. De outro lado, imaginário e símbolo são sinônimos que emergem do inconsciente universal, doador de significados e, ao mesmo tempo, irreduzível aos significados históricos e culturais que os homens atribuem a esses símbolos. Também a psicanálise freudiana, igualmente fundamentada na noção de inconsciente, considera os símbolos e o imaginário a

partir dos significados contidos na história individual e coletiva. Assim, tanto os sonhos coletivos da humanidade quanto os sonhos pessoais se construiriam a partir de imagens como registros reprocessados de suas experiências individuais.

Na busca de melhor refinamento das diferentes leituras desses conceitos, parece-nos útil recorrer a Cornelius Castoriadis que, ao esgrimir seu conceito de imaginário social, lançado em 1964, procura diferenciá-lo das “representações que circulam correntemente sob este título”. Para o autor, “o imaginário (...) não é imagem de. É criação incessantemente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos *realidade* e *racionalidade* são seus produtos“. O imaginário recria e reordena a realidade, encontrando-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real.

O imaginário, portanto, é a faculdade de pôr ou dar-se, sob forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção. O imaginário tem seu lugar no mundo das representações, porém ultrapassa a representação intelectual. Constitui-se e se expressa por meio de símbolos, que se traduzem pela sua forma e conteúdo. O imaginário, como mobilizador e evocador de imagens, utiliza o simbólico para exprimir-se e existir.

Ruy Coelho sustenta a tese de que há um conjunto de “símbolos dominantes” em cada cultura, que, se não determina, ao menos orienta fortemente o contato com a realidade exterior, uma vez que emana de uma configuração “mítico-cultural”: Símbolo dominante supõe uma orientação básica, que emana da configuração mítico-cultural, mas não é rigidamente determinada por esta. Tampouco é lícito dizer que o símbolo dominante molda a conduta, mesmo quando se articula com outros

para dar sentido ao rito. Experiência é o modo de cada qual assimilar o que lhe é inculcado pela ação.

Igualmente, Castoriadis acena com uma análise que abrange um conjunto de significações centrais, em complementação a outro – de significações secundárias:

“As significações centrais não são significações ‘de’ algo – nem sequer, a não ser em sentido secundário, significações ‘ligadas’ ou ‘referidas’ a algo. Elas são aquilo que faz ser, para uma sociedade dada, o co-pertencer de objetos, de atos, de indivíduos aparentemente os mais heteróclitos. Elas não têm ‘referente’; elas instituem um modo de ser das coisas e dos indivíduos como referido delas. Como tais, não são necessariamente explícitas para a sociedade que as institui. Elas são presentificadas-figuradas mediante a totalidade das instituições explícitas da sociedade, e a organização do mundo simplesmente e do mundo social que estas instrumentam” (1982: 409).

Entre esses conjuntos de significações, que podem ser considerados centrais em determinadas culturas, estão os de natureza mítica, religiosa e cultural, mas há também alguns que se relacionam à economia, ao modo de produção de determinada sociedade. Podemos verificar essa assertiva pela presença do conceito de imaginário em Karl Marx, que, pela noção de alienação, procura explicar a autonomia das instituições econômicas ou religiosas como produtos independentes da ação do homem, expressando as contradições reais entre produtor e produto (1982: 160 –190).

Castoriadis procura diferenciar o imaginário central de cada cultura, quer se situe no nível dos símbolos elementares ou num sentido global, para além do qual identifica o que prefere chamar de *imaginário periférico*, que corresponde a uma segunda ou enésima elaboração imaginária dos símbolos. Um ícone é um objeto simbólico de um imaginário – mas é investido de outra significação imaginária quando, por exemplo, os devotos de um santo raspam a pintura da estátua e ingerem esse pó como medicamento. Já uma bandeira é um símbolo com função nacional, sinal de reconhecimento e de reunião, que se torna rapidamente algo pelo

qual podemos matar e que provoca arrepios ao longo da coluna vertebral dos patriotas que assistem a um desfile cívico (1982: 160 –190).

Imaginário e memória, portanto, formam-se no cérebro humano a partir de representações do mundo real, adquirindo, porém, corpo e espírito próprios. Estabelecem ligações entre o passado e o presente, em que eventos do passado são revividos, atualizados e ressignificados. E a cada comunidade corresponde uma memória e um imaginário coletivo, a cada cidade também corresponde uma memória e um imaginário coletivo.

No caso do imaginário da comunidade andreense, composta pela população de Santo André ao longo do tempo, uma marca muito presente é a industrialização, o epíteto de “cidade industrial” que o município ostenta, reforçado no terreno simbólico. Um exemplo é o estribilho do Hino de Santo André²⁵.

*“Salve, salve, torrão andreense,
Gigantesco viveiro industrial!
Teu formoso destino pertence
Aos que lutam por um ideal!”*

Outro é a obra de um importante pintor ítalo-andreense, Guido Poianas. No quadro (ANEXO) “O Metalúrgico – Campo” (de 1957), concebido sob a inspiração de uma gravura encontrada numa revista soviética, o artista, ao colocar o operário em primeiro plano, “exalta a contribuição operária para o progresso de diversas atividades”²⁶ e a força da indústria – cenário predominante de sua obra. O quadro “Novas Instalações da Pirelli” (ANEXO) corrobora esta afirmação.

François Laplantine e Liana Trindade ressaltam que o imaginário “é construído e expresso através de símbolos” (1997: 78). O hino, um dos símbolos

²⁵ O Hino a Santo André foi oficializado pela Lei Municipal nº 541, de 16 de fevereiro de 1950, com letra do Prof. José Amaral Wagner e música de Luiz Carlos da Fonseca e Castro.

²⁶ Candido Giraldez VIEITEZ in: SILVA, José Armando Pereira (org) *Guido Poianas: retratos da cidade*, p. 16.

cívicos do Município, realça sua auto-imagem de “grande viveiro industrial”: ou seja, enfatiza o compromisso do imaginário com o real – e não com a realidade. Porque o real, na verdade, é “a representação que os homens atribuem às coisas e à natureza” (1997: 79). Portanto, mesmo em face das transformações econômicas que resultaram na retração industrial – uma realidade posta, no imaginário perpetua a interpretação de ‘cidade industrial’, o confronto entre esses paradigmas contribui para o desalento.

A experiência amalgama diferentes dimensões – do vivenciado, do recordado e do elaborado psicologicamente – na assimilação de acontecimentos, como também na formulação de explicações para os eventos, criações imaginárias, erupção de lembranças do passado, e na construção de valores e opiniões. Tais ligações ficam evidentes na pesquisa qualitativa “Santo André: Imagem da Cidade, Vocações Econômicas e Perspectivas Futuras”²⁷, realizada em novembro de 1997, quando se observam depoimentos como: (...) *“quando eu citei que Santo André dava a sensação de decadência era porque, onde você passou toda sua vida vendo uma fábrica, um dia até você foi pedir emprego lá, e agora está fechada, sucateada”*.

A indústria é deveras um traço marcante na memória e no imaginário dessa população, uma figura sempre presente na paisagem e no cenário das lembranças. Um exemplo é a Avenida Industrial, paralela à Estrada de Ferro, que concentrava várias indústrias de pequeno, médio e grande porte, tais como: General Electric (posteriormente Black and Decker), Fichet, Copas, Pierre Saby, dentre outras. Com a saída e fechamento das indústrias, a Avenida Industrial também passou a ser identificada como símbolo da crise, referida pelos entrevistados como *“área deteriorada”*.

2.5 COMUNICAÇÃO E IMAGINÁRIO COLETIVO

Sendo a memória e o imaginário coletivo construídos de forma dinâmica e permanente, onde os reflexos da realidade e os estímulos externos e internos se amalgamam, a evocação deliberada de imagens e símbolos os constituem e sua relação com novos atributos e valores podem concorrer nessa construção e influenciar, por exemplo, na auto-imagem da comunidade. Segundo Cândido Teobaldo de Souza Andrade, a comunicação é o principal instrumento para a formação de imagem: *“Imagem é a impressão inconsciente que um indivíduo tem de uma organização, instituição ou pessoa. – Impressão suposta sobre uma companhia, tida em comum por um grupo de pessoas. – Informação que uma pessoa ou um grupo tem de uma empresa ou instituição. – Identidade visual de uma empresa ou instituição”* (1966: 66).

Para Juan E. Diaz Bordenave (2004: 45), o processo comunicacional é: “um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento”. Inspirado no teórico Antonio Gramsci²⁸, Eduardo Salomão Conde (p. 5) alarga esse conceito, agregando novos atributos às ações de comunicação:

“(...) elevar constantemente o nível cultural das massas não é simplesmente educá-las no mundo ilustrado - apesar da necessidade premente de permitir seu acesso ao patrimônio cultural ilustrado -, mas sobretudo estender a elas a capacidade crítica e a própria constituição de si como sujeito social. Ao mesmo tempo, cada homem e o grupo social onde ele se insere completam-se mutuamente. Para esta efetivação, entretanto, as organizações da sociedade civil precisam constituir-se, ao mesmo tempo, como independentes do Estado, mas movendo-se em direção a um projeto hegemônico que incorpora tanto a ação junto do Estado quanto um projeto de transformação construído a

²⁷ Pesquisa executada por Polis Assessoria, Formações e Estudos em Políticas Sociais, relatório elaborado por Anna Luiza Salles Souto.

²⁸ Filósofo, militante e dirigente político italiano, falecido em 1937, inspirador de uma revolução no pensamento marxista. Gramsci aprofundou toda uma concepção sobre ideologia, Estado, política, sociedade civil, hegemonia, contra-hegemonia, blocos hegemônicos e a imprensa. Tais formulações inspiraram o pensamento político de esquerda por todo o mundo.

partir de 'baixo'. A sociedade civil não se constrói contra o Estado, mas em estreita relação com ele".

Para Denis Moraes, “sociedade civil e sociedade política se diferenciam pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Em conjunto, formam o Estado em sentido amplo”.

As políticas de comunicação não são concebidas como suporte ideológico, que Moraes define como “lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social”. Segundo ele, não se deve desconsiderar a “sistemática reverberação” dos discursos dominantes nas mídias, mas há que reconhecer que debates, polêmicas e contradiscursos se manifestam nos conteúdos informativos, ainda que numa intensidade menor do que a desejada, mas em proporção bem maior do que a de décadas atrás. Conforme o autor, “os aparelhos midiáticos não operam *full time* para mascarar fatos ou distorcê-los”.

Dentre as particularidades que envolvem a política e a comunicação, segundo Paulo Fernando Liedtke (2002:21): “a mídia é entendida como maior poder simbólico, pois é a fonte discursiva que norteia o imaginário popular”, nesse sentido entende-se que é pela mídia que se estabelece um diálogo entre o governo e a sociedade.

Maria Aparecida Baccega ressalta que a realidade hoje é “costurada” pelos meios de comunicação, mediadores privilegiados entre nós e o mundo. “São os meios de comunicação que divulgam, em escala mundial, informações (fragmentadas) hoje tomadas como conhecimento, construindo, desse modo, o mundo que conhecemos”(1995: 88). Desfragmentar esse fluxo de informações de

modo a totalizar os fatos e permitir sua compreensão no contexto global é buscar o conhecimento propriamente dito.

Segundo a autora, esse conhecimento possibilita construir uma visão que totalize os fatos, inclusive com a percepção da dinâmica existente que permite que todos interajam, dentro de suas possibilidades. Para tanto, as informações fragmentadas não são suficientes. A meta, então, é buscar uma comunicação que dê conta do local e do global, “totalizando a inter-relação dos fatos”. Por fim, é “tratar de constatar que, educadores primeiros, são eles – os meios – que estão construindo a cidadania”. Os meios de comunicação devem, então, ser utilizados com esse fim.

Outro aspecto a considerar em uma política de comunicação é a comunicação de “mão dupla”, que tanto informa a população sobre as ações do governo quanto colhe informações e reivindicações dessa população. Convém destacar que nessa perspectiva está contido o direito à informação, como sustenta Liedtke: “Uma comunicação governamental intensa pode ser garantia de que a sociedade será suficientemente informada das ações do Estado, não somente para a satisfação de seus interesses, mas também para fiscalizar a atuação daqueles que foram eleitos pelo povo” (2002: p. 32).

Ainda quanto ao direito de informação, faz-se necessário ressaltar uma inversão crescente do processo comunicativo – até então calcado na “liberdade sagrada da imprensa” que agora passa a ceder espaço ao conceito de direito do cidadão, o “que retira das empresas de comunicação o privilégio de definir a agenda pública”. Nesse contexto, verifica-se essa nova configuração do direito contemporâneo: o direito à informação como “direito-meio” para a concretização dos “direitos-fins” (cidadania e inclusão social) (2002: p. 33).

Considerando a comunicação governamental como elemento de interação entre governo e população, há, no que se refere ao direito à informação, alguns entraves, tais como os limites da mídia – no que tange à propriedade sobre os meios de comunicação e ao controle político-econômico exercido pelos órgãos governamentais – por meio dos altos investimentos em publicidade.

Em Santo André, há ainda outro fator que concorre diretamente para o agravamento da situação: a não-existência de emissoras de rádio e televisão com grande poder de penetração na comunidade. Os sinais das grandes redes de comunicação, de audiência maciça, são captados da cidade de São Paulo devido à proximidade geográfica, razão pela qual ocorreu uma acomodação no desenvolvimento de emissoras locais.

Retomando Denis Moraes: “Os mundos imaginários funcionam como matéria espiritual para alcançar um consenso reordenador das relações sociais, conseqüentemente orientado para a transformação”. Tal transformação integra os objetivos do governo municipal – na estratégia definida como “inversão de prioridades”. Ou seja, governar priorizando o atendimento as parcelas mais desfavorecidas da população, ou então, privilegiar qualidade de vida, com investimentos em atividades básicas (saúde, transporte público, educação, lazer).

Carlos Nelson Coutinho discorre sobre a esquerda²⁹, linha ideológica onde se situa o Partido dos Trabalhadores, ao qual se perfilava a administração municipal de Santo André no período estudado, que, “se quer ser moderna e eficiente, tem que abandonar o modelo de revolução ‘explosiva’ e violenta dirigida por minorias

²⁹ Conjunto de membros de uma assembléia parlamentar que lutam por idéias avançadas, em oposição aos conservadores [Originariamente, à época da Revolução Francesa, a bancada representativa dessas tendências ficava à esquerda do presidente; na câmara e no senado dos E.U.A., os democratas (menos conservadores) sentam-se à esquerda, e os republicanos (mais conservadores), à direita.]

‘iluminadas’. A revolução passa a ser concebida como uma batalha cotidiana e a longo prazo, travada no seio das instituições, envolvendo a participação consciente da grande maioria da população”.

Nesse sentido, segundo Celso Daniel, o Partido dos Trabalhadores desde suas primeiras vitórias eleitorais para o executivo municipal, vem consolidando um novo modelo de gestão. Trata-se da introdução de um conjunto de práticas de governo voltadas ao fortalecimento da cidadania, a partir do binômio “inversão de prioridades³⁰ e participação popular”. Ao que acrescenta:

“Muito embora a expressão inversão de prioridades envolva ambigüidades, ela em geral remete à prioridade no uso de recursos para as áreas sociais – em especial, educação, saúde e moradia – e à implantação de infra-estrutura urbana nas periferias das cidades (saneamento, pavimentação, etc), em detrimento dos investimentos em grandes obras (sobretudo no sistema viário), ditas ‘faraônicas’. Quanto à participação popular, associada de início à idéia de conselhos populares, evoluiu com certa rapidez para a instituição de espaços de participação da população na gestão pública, a exemplo dos conselhos municipais, de unidades prestadoras de serviços e, especialmente, do orçamento participativo” (1999, p. 183-184).

Ao inverter as prioridades, o governo municipal assume o papel de agente principal das mudanças no tecido social. Ao que Gilberto Carvalho complementa: “Nosso trabalho, portanto, é composto de duas vertentes básicas: de um lado, a tarefa de massificar a informação, divulgar os serviços à comunidade, permitir que todos tenham direito aos bens públicos. Por outro lado, temos de ser capazes de realizar a comunicação, vale dizer, construir uma via de mão dupla, ou muitas vias de mão dupla, em que governo e comunidade sejam capazes de interagir, propor, reagir, debater, construir propostas”.

Elemento fundamental para as análises na formulação de hipóteses sobre a ação da gestão pública local sobre o imaginário coletivo de Santo André é o

³⁰ Inversão de prioridades significa a priorização de investimentos em infra-estrutura e saneamento básico, principalmente na periferia das cidades.

panorama da rede de veículos de comunicação de massa existente no Município que torna possível um diálogo intenso entre a Prefeitura Municipal e a comunidade andreense.

As limitações desse processo comunicacional foram apontadas no estudo *Santo André: uma proposta de diálogo com a cidade silenciosa*, de Eduardo Luiz Correia, que apresenta uma análise sobre essas especificidades do Município no âmbito da comunicação. Embora a Região do ABC represente o terceiro maior mercado consumidor do País, não dispõe, em razão da proximidade geográfica com a capital, de meios de comunicação próprios (privados ou públicos) que ofereçam “condições de promover satisfatoriamente uma teia comunicacional dialógica efetiva” entre o governo municipal e a população. Essa contigüidade geográfica faz com a captação dos sinais de transmissão (de rádio e televisão) sejam da cidade de São Paulo (1999: 4). Correia argumenta ainda que, na imprensa escrita, o jornal de maior expressão – o Diário do Grande ABC – alcança apenas as camadas sociais mais elevadas da população. Ressalta que as rádios e emissoras de televisão existentes no Município são inexpressivas e registram baixos índices de audiência.

Para melhor dimensionamento do mercado de comunicações de Santo André, apresenta-se uma relação dos veículos disponíveis atualmente (quadro 5).

Quadro 5) Relação dos meios de comunicação sediados na Região do Grande ABC - Dezembro/2004

Jornais Diários	Jornais Semanais		Revistas	Rádios	TVs
ABC Repórter Diário do Grande ABC Diário Regional Folha Regional Jornal da Tarde	A Voz do ABC ABC Capital Folha de Ribeirão Preto Folha do ABC Folha do Dia Geração Notícias Jornal Amarelinho Jornal da Região	Jornal da Vila Assunção Jornal do Bom Pastor Jornal Estação Notícias Jornal Mais Notícias Jornal Ponto Final Política do ABC Shema News Rudge Ramos Jornal Tribuna do ABCD	Conexão em Revista Revista Acesso Revista Circuito ABC Revista Expressão Revista Livre Mercado Revista MercNews	Rádio ABC (Santo André) Rádio Imaculada (Santo André / Mauá) Rádio Metodista (São Bernardo)	Canal 45 de S.Caetano - UHF Canal ABC 3 de Santo André (cabos) TV Mais ABC de Santo André (cabos)

Fonte: Núcleo de Comunicação - Prefeitura Municipal de Santo André

Num quadro de limites tão expressivos de meios de comunicação capazes de permitir o diálogo entre governo municipal e a comunidade, seja meramente para cumprir o papel de informar a sociedade – o que já não é pouco –, seja para

estabelecer um diálogo ou evocar símbolos do imaginário coletivo, cabe à gestão pública buscar novos meios e formas de comunicação que possam superar esse entrave. Dessa maneira, a ênfase na dimensão midiática da própria política urbana municipal pode assumir destaque importante.

Para Castells e Borja, a implementação de grandes projetos de requalificação urbana envolve uma articulação entre os atores (públicos e privados). Tal articulação prevê uma mobilização sociopolítica “que encontra sua base principal na afirmação da identidade coletiva ou na vontade de autonomia política”. Desse modo, cabe ao governo municipal criar condições e mobilizar esforços para estimular na população o “patriotismo cívico”, que faça despertar efetivamente o sentimento de pertencer, de acreditar no futuro da cidade e contribuir para que isso aconteça. Daí o enfoque de estímulo ao orgulho andreense, presente no desenvolvimento e implantação das ações de governo e perspectiva da análise do processo dialógico deste estudo entre governo e população.

Dentre as particularidades que envolvem a política e a comunicação, ainda segundo Liedtke, “a mídia é entendida como maior poder simbólico, pois é a fonte discursiva que norteia o imaginário popular” (2002:21). Nesse sentido, entende-se que é pela mídia que se estabelece um diálogo entre o governo e a sociedade. No entanto, devido às particularidades do município de Santo André, tornou-se necessário agregar outras estratégias além da comunicação institucional. E acrescenta:

“A comunicação é a origem discursiva de cada gestão, pois vem afinada com o projeto político e ideológico que resulta num complexo processo de formação da imagem governamental, ou seja, como o poder é percebido pela população” (2002: 20).

Diante da tarefa de construir uma mobilização sociopolítica de estímulo à identidade coletiva para a participação popular objetiva, a comunicação pública

passa a ser ferramenta estratégica no estabelecimento do diálogo entre o governo e a população.

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

Nessa conjuntura – de desemprego e acirramento dos problemas sociais – foi realizada em novembro de 1997 a pesquisa qualitativa Santo André: Imagem da Cidade, Vocações Econômicas e Perspectivas Futuras³¹, com o objetivo de avaliar a percepção dos andreenses quanto à natureza e vocação do Município, considerando suas expectativas com relação ao futuro da cidade, as perspectivas de desenvolvimento e o papel da administração nesse processo.

A pesquisa foi desenvolvida pela técnica qualitativa de discussão em grupo, com seis grupos formados por moradores do município de Santo André, de ambos os sexos, de classes socioeconômicas A, B, C e D³², com idade entre 18 e 45 anos, residentes em distintas regiões do Município. Tais discussões foram realizadas entre 8 e 11 de novembro de 1997.

O primeiro bloco dedicou-se à exploração da identidade regional, assim exposta: “Santo André, São Bernardo, São Caetano é uma coisa só. Tem divisa, mas é uma coisa só (sic)”. “O ABC é cabeça de todos os movimentos brasileiros. As indústrias vieram para o ABC; quando a gente achava que estava morrendo, aí veio o sindicalismo para o ABC (...). Santo André ou o ABC sempre ressurgem, e eu acho isso legal (sic)”. Os depoimentos denotam forte identidade regional.

Essa idéia que identificamos no imaginário da população – de Santo André como uma espécie de sede do Grande ABC – encontra eco na história da região. Reportemo-nos ao ocorrido em 30 de novembro de 1938, que ilustra o peso de

³¹ Pesquisa executada por Polis Assessoria, Formações e Estudos em Políticas Sociais. Relatório elaborado por Anna Luiza Salles Souto.

³² Critério de definição: ABIPEME.

Santo André na identidade regional, segundo Wilson Loducca. Nessa data, foi publicado o decreto estadual nº 9.775³³, que impunha grandes modificações territoriais nos municípios do Estado de São Paulo: uns foram criados, outros extintos. Por esse decreto, Santo André se tornava a única cidade da Região, detentora de mais de 800 km² de extensão, da qual São Bernardo passava a ser distrito. Ao que o autor comenta: *“Para os de Santo André, foi uma grande festa (...) obtiveram o que desejavam, a hegemonia sobre todo o ABC”* (1999: p. 95-105).

Como estavam previstas novas mudanças, em obediência ao plano quinquenal, eram grandes os rumores de que o governo da capital paulista pretendia aproveitar a oportunidade para agregar ao seu território o município de Santo André e seu distrito de São Caetano. O Diário de São Paulo, de 12 de novembro de 1943, apresentou o seguinte comentário: *“A notícia correu célere e suscitou forte movimento de opinião, principalmente em Santo André. (...) Quer nos parecer que Santo André está lutando por uma boa causa. (...) E os bandeirantes modernos de Santo André não querem saber de involuir, têm horror à estagnação, desejam continuar ajudando São Paulo a ser mesmo o maior parque industrial do Brasil”*.

Esses fatos históricos contribuíram para suscitar no imaginário andreense o sentimento de liderança regional, como se percebe em alguns depoimentos: *“(...) se o ABC tivesse uma capital, seria Santo André”*. *“Parece que tudo se desmembrou de Santo André”*. Percebida como centro de uma região estratégica, a cidade ostenta um duplo orgulho. *“Eu tenho paixão por Santo André”*. *“Eu gosto tanto de Santo André, mas de paixão, que vira e mexe estou cantando o hino de Santo André (sic)”*.

O orgulho pelo Município, a sensação de cidade “A” do grande ABC sofrem grande abalo quando entra em cena a transição econômica do Município,

evidenciada nos depoimentos: “(...) indústria é indústria”. “(...) sem contar que as empresas geralmente davam plano de assistência médica (sic)”. Para o meu pai ajudavam: cesta básica, a empresa dava curso de inglês, pagava metade do curso da gente, se a gente tivesse num curso particular (sic)”. “(...) você vai ao shopping, você vê, são coisas do Paraguai. Se você vai comprar uma roupa, já está pronta lá no shopping. Antes não, o lugar do shopping era uma coisa que se construía ali. E outra: o peão que está colocando uma roda no carro, parafusando, fazendo uma máquina, você se sente parte produtiva. O vendedor que está vendendo uma calça, eu não sei se ele sente orgulho do que faz (sic)”. “Quando eu citei que Santo André dava a sensação de decadência era porque, onde você passou toda a sua vida vendo uma fábrica, um dia até você foi pedir emprego lá, e agora está fechada, sucateada”. Percebe-se, em todos os depoimentos, a indústria envolta numa aura, mitificada.

A canção “Linha de Montagem” (1980), de Chico Buarque de Holanda, alusão ao movimento sindical, acentua essa marca de cidade-região industrial, que figura no imaginário não apenas de seus moradores, mas no imaginário popular brasileiro:

*“A cor a coragem
 Cora coração
 Abecê abecedário
 Opera operário
 Pé no pé no chão (...)
 Gente que conhece a prensa
 A brasa da fornalha
 O guincho do esmeril
 Gente que carrega a tralha
 Ai, essa tralha imensa
 Chamada Brasil
 Samba samba são Bernardo
 Sanca são Caetano
 Santa santo André
 Dia-a-dia diadema
 Quando for, me chame
 Pra tomar um mé”.*

³³ Com a implantação do Estado Novo todos os parlamentos foram fechados. Criou-se então o Departamento dos Municípios, que deliberava sobre o tema.

Quando defrontado com a perspectiva de que não mais a indústria, mas o comércio e os serviços se consolidam como a principal atividade econômica do Município, o andreense reage decepcionado, como demonstram alguns dos depoimentos: “... eu acho que não é isso que a gente quer para a gente, trabalhar em loja de shopping (sic)” – afirmação de um jovem. “(...) no aspecto social aumentou muito o desemprego. O comércio traz emprego para a pessoa jovem, salário mais baixo (sic)”. “(...) para o consumidor, se tornou melhor; para nós, não (sic)”.

Em 1989, no terreno onde havia a Casa Publicadora Brasileira³⁴, foi instalado o Shopping Mappin ABC, tendo como carro-chefe o Mappin – na época um dos expoentes do comércio varejista paulista. Em 1996, com a falência da rede Mappin, foi inaugurado o Shopping ABC, reformulando as instalações e redimensionando o perfil para a inclusão de novas lojas.

Já em setembro de 1997³⁵, nas antigas instalações da Black & Decker, foi instalado um novo shopping: o ABC Plaza Shopping, que, por sua localização estratégica (próximo às principais vias de acesso e das estações rodoviária e ferroviária de Santo André), tornou-se uma referência na região.

Quanto à gestão pública municipal: “(...) é sempre a iniciativa privada que monta alguma coisa e é sempre alguma coisa que vá retornar para eles de forma lucrativa. Ninguém está fazendo um shopping, um lazer, pensando em dar um lazer prazeroso para esse povo maravilhoso (sic)”. “Por exemplo: nas redondezas do

³⁴ Indústria gráfica da Igreja Adventista do 7º Dia, responsável por todo o mercado gráfico adventista no Brasil, permaneceu 78 anos em Santo André, transferindo-se para o município de Tatuí em 1985.

³⁵ A pesquisa foi realizada em novembro/97, dois meses após a inauguração do ABC Plaza Shopping, daí a menção aos shoppings merecer ênfase nos depoimentos.

Pedroso³⁶, estão construindo prédios, eu vi uns cartazes, enquanto que o parque – que é uma coisa da prefeitura – poderia ser melhorado. Não só deixar a iniciativa particular tomar conta da cidade, mas ter mais coisas sociais, em termos de benefício para a população... deixar de ser uma iniciativa particular tomar conta da cidade, mas coisas de iniciativa pública (sic)”. “(...) para o empresário, é lucro à vista (...) mas todo o mundo vai perder”. No segundo depoimento deste bloco, o entrevistado identifica o parque como “coisa da prefeitura”, o que evidencia o distanciamento e a não apropriação do espaço público pela população.

Os problemas do Município foram assim destacados: “(...) a cidade não acompanhou seu crescimento”. Violência: “(...) antes você não ouvia falar: mataram um cara em Santo André, em São Bernardo (sic)”. Lazer: Teatros → fechados (SESI, Carlos Gomes, Conchita de Moraes). Museus: patrimônios não explorados. Parques: subutilizados, às vezes mal cuidados, abandonados (Pedroso). “(...) o pessoal fala, mas o que a gente tem em Santo André de diversão? Nada, mais nada. Tem 10 salas no Plaza, 5 no ABC. Há uns 6 anos atrás, tinha peças, orquestras... (sic).” “Eu acho que falta em Santo André um lugar para você levar uma criança, um parque, que hoje em dia é só shoppings. Não é todo o mundo que tem dinheiro para pagar para entrar num brinquedo num shopping (sic)”. “(...) a turma vai para o Mappin porque não tem onde ir (sic)”.

No que se refere à imagem da cidade, os entrevistados fizeram as seguintes associações: “Vera Fischer, bonita e problemática”. “(...) receio de buscar coisas novas”. “(...) velho que quer fazer coisas boas, mas não sabe”. “(...) pessoas de duas faces: uma bonita e outra toda estourada (sic)”.

³⁶ Na década de 80, o Parque Pedroso – instalado em áreas de mananciais e de proteção ambiental – foi uma área de lazer muito freqüentada pela população andreense. No local chegou a funcionar um teleférico – na época, um dos mais modernos do Brasil – daí a menção dos entrevistados.

Nas conclusões da pesquisa, a autora destaca: “Numa cidade onde os shoppings proliferam, instituindo um estilo de lazer mais individualizado e de caráter privado, são comuns as demandas por espaços públicos de lazer que ampliem as possibilidades de socialização, convívio social e usufruto da cidade. Os parques, as atividades culturais e esportivas aparecem como aspectos de fundamental importância na vida do andreense, figurando como um dos elementos que compõem o imaginário e a identidade da cidade”.

Enfim, nesse quadro, é perfeitamente admissível creditar a auto-imagem negativa do andreense ao processo de retração industrial, responsável por uma profunda alteração no imaginário do andreense, para quem o referencial de realização profissional era o emprego numa indústria. Essa mudança brusca comprometeu inclusive suas expectativas quanto ao futuro. O cantor e compositor Luiz Gonzaga Jr. expressou com muita propriedade esse sentimento relativo ao trabalho: *“Um homem se humilha se castram seu sonho, seu sonho é sua vida, e a vida é trabalho, e, sem o seu trabalho, um homem não tem honra, e, sem a sua honra, se morre, se mata”*.

Quando Celso Daniel assumiu o Executivo Municipal de Santo André, pela segunda vez, em 1º de janeiro de 1997, com 52,38% dos votos válidos³⁷, esse era o quadro da auto-imagem do município de Santo André. Sem dúvida, um dos principais problemas, além da queda na receita municipal e na atividade econômica e mesmo da degradação urbana e paisagística, que enfrentava e para os quais a cidade esperava respostas da gestão pública.

³⁷ Fonte: FUNDAÇÃO SEADE (Eleições Municipais)

Os eixos centrais do Programa de Governo da Administração que se iniciava eram: a) desenvolvimento econômico; b) eficiência, qualidade e modernização administrativa; c) participação popular; d) educação; e) cidade agradável.

“Um compromisso de campanha e um compromisso de governo: transformar Santo André numa cidade agradável. Em que todos desfrutem, no dia-a-dia, de uma boa qualidade de vida. Numa cidade que retome seu desenvolvimento industrial e potencialize sua vocação de pólo regional de comércio e serviços, gerando emprego e renda. Numa cidade em que todos possam participar das decisões sobre a prefeitura. Numa cidade em que esses serviços sejam suficientes e eficientes, geridos de forma moderna e transparente para a população”³⁸.

Da elaboração à implantação, o Programa de Governo confere à cidade a condição de protagonista, inspirado na definição de Castells e Borja (1996: p. 155): *“As cidades como atores sociais não se confundem com o governo local, porém, obviamente, incluem-no”*. Ou seja, o pressuposto de que esse novo papel requer articulação entre administrações públicas, agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais – envolvendo, assim, instituições públicas e sociedade civil.

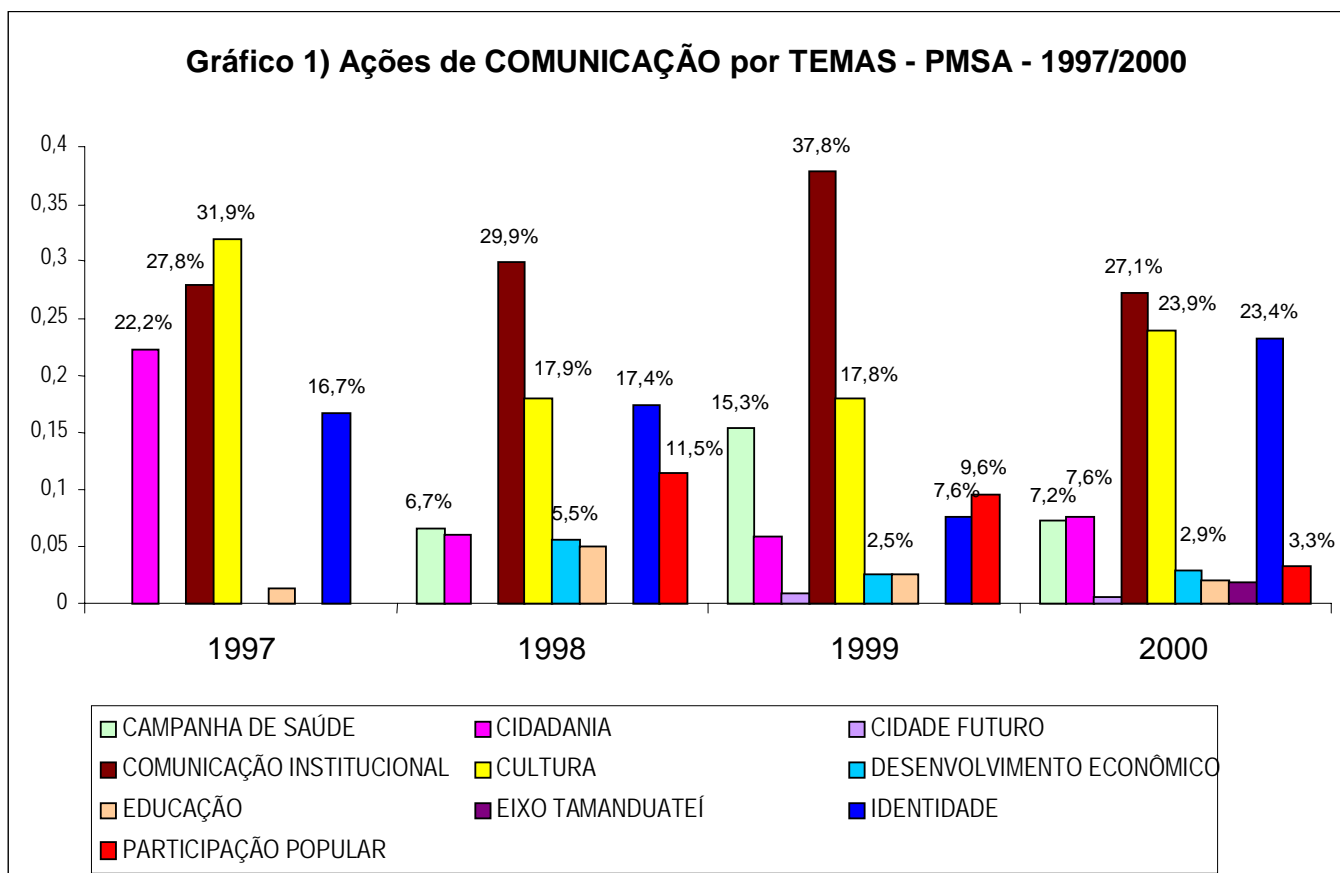
Quanto às ações de comunicação realizadas pelo governo de Santo André, optou-se por apresentá-las agrupadas em temas: Campanhas de Saúde, Cidadania, Comunicação Institucional, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Educação, Identidade, Participação Popular, Projeto Cidade Futuro, Projeto Eixo Tamanduateí.

O gráfico 1 traz a proporção das ações de comunicação por ano de gestão. Apesar da variação por números da Comunicação Institucional, vale destacar que esse tipo de ação nunca chegou a ultrapassar os 40%. Merece destaque o quesito *Identidade*³⁹: 16,7%, 17,4%, 7,6% e 23,9%, respectivamente. Outros itens – atributos do modelo de gestão diferenciada com base na *inversão de prioridades* e

³⁸ Programa de Governo 1996 (Celso Daniel, Prefeito), p. 11.

³⁹ Ações específicas de motivação ao orgulho andreense.

participação popular – também foram mencionados, como Participação Popular, Cidadania e Desenvolvimento Econômico.



Vale destacar que o item ‘Campanha de Saúde’ é puramente informativo, ou seja, são informações específicas, como campanhas de vacinação, alertas sobre a proliferação da dengue, prevenção de zoonoses, etc.

No item ‘Identidade’, estão concentradas as políticas de comunicação desenvolvidas com o objetivo de estimular o envolvimento da população com sua cidade, de reconstruir o “orgulho andreense”, tendo como base a participação e o comprometimento dos munícipes quanto ao futuro da cidade.

Nos símbolos da cidade (brasão, bandeira e selo) encontra-se a cruz de Santo André, alusão ao apóstolo de Cristo que dá nome à cidade. Na doutrina católica, Santo André *“foi o primeiro a ser chamado, portanto, o Protóclito (protos = primeiro + klitos = chamar). Recordemos como se deu este chamado: estavam ele e*

seu irmão Cefas pela segunda vez na região do Jordão, onde João Batista batizava, este exclamou: 'Eis o cordeiro de Deus' (Jô 1,36). Ouvindo estas palavras, deixaram de seguir João Batista para acompanhar o próprio Cristo"⁴⁰. Conta ainda a tradição que, com o objetivo de disseminar o Evangelho pelo mundo, André viajou para a região dos mares Cáspio e Negro e fundou a igreja de Patras (na Acaia), das mais florescentes dos tempos apostólicos. Santo André teria morrido crucificado em Patras, e a ele está relacionada a Cruz em forma de X. Ao vê-la, antes do suplício, teria dito o apóstolo: "Salve santa Cruz, tão desejada, tira-me do meio dos homens e entrega-me ao meu Mestre; de ti receba O que por ti me salvou!"⁴¹.

Considerando que uma comunidade tem, então, seu imaginário peculiar, um universo constituído de imagens, símbolos e ícones, calcados na memória individual e coletiva, mas que se reprocessa a todo instante, pode-se concluir que, acionando imagens e símbolos constituintes desse imaginário, é possível estimular a mudança da auto-imagem da comunidade e dos indivíduos que a compõem.

Nesse sentido, foi desenvolvido o padrão de "Identidade Visual Básica" das placas de identificação de equipamentos públicos e veículos do governo municipal. Trata-se de um padrão gráfico (ANEXO) elaborado a partir da cruz de Santo André. Assim, a comunicação visual, ao assumir o papel de ação provocadora sobre elementos – símbolos, imagens, representações – do imaginário coletivo e sua permanente construção, parece contribuir para a transformação da auto-imagem coletiva, tornando-se, portanto, ferramenta útil para a configuração dessa nova imagem que se projeta para o Município.

⁴⁰ Pe. Pavlos, Hieromonge in: *Primeiro a ser chamado, primeiro a testemunhar*, texto disponível no site:: <http://www.ecclesia.com.br/sinaxe/andre.htm>.

⁴¹ Idem.

Tendo em vista a insuficiência, já apontada, dos meios de comunicação de massa disponíveis na cidade, a gestão pública municipal viu-se diante da contingência de buscar alternativas de comunicação que lhe permitissem a evocação de elementos simbólicos capazes de agir sobre o imaginário coletivo e a auto-imagem da população, recorrendo e potencializando, em muitos casos, as dimensões midiáticas das próprias políticas urbanas implantadas.

Projetos como Orçamento Participativo, Cidade Futuro e o próprio Eixo Tamanduatehy se alinham ao conceito de “mobilização sociopolítica”, defendido por Borja e Castells. O Projeto Cidade Futuro, pelo seu caráter mobilizador, tem contribuído para a afirmação da identidade coletiva do Município. Já o Eixo Tamanduatehy ao promover a requalificação do espaço urbano, principalmente na substituição dos galpões industriais desativados por novos empreendimentos de comércio e serviços, concorre para a criação de novos símbolos no imaginário andreense. Assim, foram criadas as condições necessárias para estimular o “patriotismo cívico”, algo mais complexo do que o resgate de um sentimento adormecido: uma tentativa de construção de um ideal de cidadania e desenvolvimento pautado na participação.

José de Souza Martins, ao discorrer sobre a gênese do subúrbio da cidade de São Paulo, destaca: “*a dicotomia colonial da cidade e seu subúrbio separava o ‘mandar’ e o ‘trabalhar’ (...) relegando-o para além dos limites da cidade*” (2002, 9). Segundo o autor, as transformações econômicas, sociais e políticas do final do século XIX redefiniram a região metropolitana de São Paulo, “*fizeram do subúrbio rural invadido pela cultura metropolitana um subúrbio industrial invasor e portador da incultura das concepções métricas da fábrica e sua lógica pobre, opressiva e*

disciplinadora” (2002, 10). Ressalta ainda que, no subúrbio⁴², o “vínculo do trabalhador com sua cidade também expressou uma alienação particular na relação entre esse trabalhador e o seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho (...) também ele diferente do cidadão – um cidadão menor porque para ele a cidade foi menos real como cidade ou real de um modo insuficiente, incompleto, parcial” (2002, 11).

Segundo Castells e Borja, o plano estratégico deverá construir ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e projeta para o exterior. Trata-se então de um empreendimento de comunicação (1996: 158), cuja eficácia depende de múltiplos fatores: mobilização, modificação da auto-imagem da cidade e avaliação contínua desse processo. Tais fatores combinados propulsionam a confiança entre os diferentes atores que se concretizam na construção de um consenso público cujo resultado é o florescimento de uma cultura cívica e, conseqüentemente, o advento de novas representações que evocam aspectos positivos da imagem que a cidade tem de si mesma e projeta no exterior.

O projeto Cidade Futuro traz a articulação proposta por Castells e Borja: mobilização entre os atores dos setores público e privado na construção de um plano estratégico para o Município e, principalmente, da configuração de um novo patriotismo urbano.

Projeto Cidade Futuro

O Projeto Cidade Futuro tem por objetivo construir coletivamente uma proposta de planejamento para o Município para os próximos vinte anos: uma

⁴² O que o autor chama de *subúrbio* é o entorno da cidade de São Paulo [principalmente a Região do Grande ABC].

Agenda 21 local, visando atingir um desenvolvimento integrado e sustentável – econômico, social e ambiental.

“Deve ser pressuposto desse projeto a busca de autonomia local, gerando propostas de um desenvolvimento dinâmico e sustentável, que tenha a comunidade como protagonista, favorecendo a cooperação entre atores sociais da cidade e investindo na relação de complementaridade regional com os demais municípios do ABC, bem como nas esferas metropolitanas e nas políticas de interesse comum” (trecho do texto produzido pela Comissão de Sistematização e Redação do Projeto Cidade Futuro).

O lançamento do projeto, em 1º de setembro de 1999, foi marcado pela criação do Grupo Coordenador – composto por membros da Administração Municipal, lideranças da sociedade civil (empresários, sindicalistas, pessoas ligadas à cultura e esportes, lideranças populares, religiosos e educadores) e ainda por representantes locais dos Poderes Legislativo municipal, estadual e federal. O Grupo Coordenador também assumiu a tarefa de articulação política e monitoramento de todo o processo. Elaborou-se, por fim, um documento-base para o início das discussões nos grupos temáticos, organizados para traçar diretrizes e metas relativas aos sete eixos de discussão para o futuro de Santo André: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Qualidade Ambiental, Inclusão Social, Identidade Cultural, Educação e Reforma do Estado. Esses sete grupos temáticos, abertos à participação de todos os segmentos da comunidade, entre setembro e novembro de 1999, foram responsáveis pela elaboração dos diagnósticos, diretrizes e metas de eixo temático.

Desde a idealização do projeto, foram desenvolvidas estratégias para motivar a participação e adesão da população: encarte no Diário do Grande ABC (referente a um concurso de pintura sobre o tema) e distribuição de 100.000 quebra-cabeças de maquetes da cidade nas EMEIs, Escolas, Centros Comunitários. Foram realizadas 99 reuniões nos bairros da cidade, com dinâmicas de grupo para que um

maior número de munícipes pudesse apresentar propostas de integração ao projeto. Em dezembro de 1999, realizou-se uma Pré-Conferência, com 351 participantes, quando foram apresentados, coletivamente, os sete relatórios temáticos – sistematizados nos meses seguintes – culminando com a realização da “I Conferência Santo André 2000”, em 29 de abril de 2000, com a promulgação da Carta de Santo André.

Carta de Santo André

Nós andreenses, de nascimento ou por adoção, presentes à 1ª CONFERÊNCIA SANTO ANDRÉ 2000, expressamos nossa crença no futuro desta cidade. Um futuro construído com nosso esforço comum, de pessoas de diferentes classes sociais, crenças, raças, idades, sexos, origens, portadores de deficiência, e que acreditam que não devem deixar que o futuro somente aconteça ou que seja obra apenas de um setor da sociedade.

Queremos todo(a)s, uma cidade bonita e inovadora, com trabalho, segurança, habitação, educação, cultura, esporte e lazer, saúde, transporte, preservação ambiental, solidária e que não exclua nenhum de seus filhos. E que tudo isso tenha a marca de nossas mãos. Por isso, estamos participando deste projeto. Por isso, estaremos aqui na continuidade deste trabalho.

Hoje, construímos e aprovamos diretrizes e metas. A partir de agora, realizaremos as ações necessárias para atingir esses objetivos.

Por isso, pensamos que este trabalho deva continuar, a partir de agora e permanentemente, ampliando a participação da comunidade.

Para isso, comprometemo-nos a:

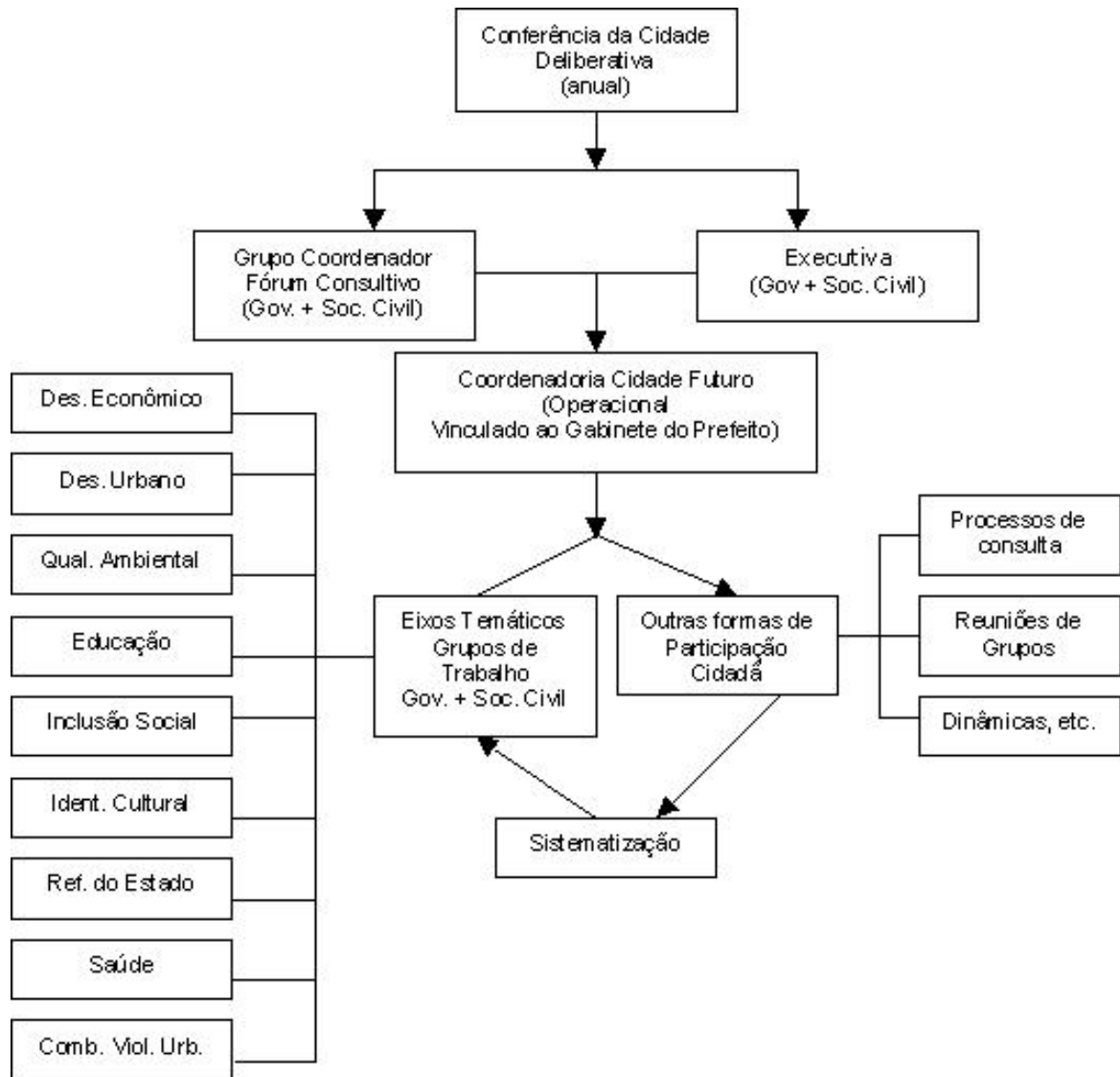
- *Divulgar amplamente o resultado desta conferência e facilitar o acesso público aos documentos produzidos e ao próprio processo;*
- *Criar novas formas de integração da população;*
- *Estabelecer ações de curto, médio e longo prazo;*
- *Construir indicadores que nos permitirão aferir resultados;*
- *Incorporar estas propostas, no que for cabível, desde já, às ações da prefeitura;*
- *Realizar eventos de informação/formação que permitam aprofundar e socializar os temas;*
- *Realizar a 2ª Pré-Conferência de dezembro/2000;*
- *Realizar a 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE em abril/2001.*

Castells e Borja ressaltam que um projeto de transformação urbana deve incorporar a sensação da crise aguda pela conscientização da globalização da economia; a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local (política e cívica); e a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural“ (1996: 156).

O Projeto Cidade Futuro agrega todos os atributos apontados por Castells e Borja, principalmente no que se refere à negociação entre os atores, expressos pela Carta de Santo André. Quanto à liderança local, destaca-se a atuação de seu principal articulador: o Prefeito Celso Daniel, pela sua projeção nacional e internacional como hábil gestor e sua trajetória política. Ao que complementam Castells e Borja: “Difícilmente encontraremos uma resposta positiva se não há uma liderança personalizada e, em muitos casos, a figura dos prefeitos é decisiva” (1996:156).

No Projeto Cidade Futuro, além da “Carta de Santo André”, foi produzido coletivamente o importante documento de planejamento CENÁRIO PARA UM FUTURO DESEJADO, aprovado na primeira conferência. A partir daí, os Grupos de Trabalho dedicaram-se ao refinamento das metas e discussão sobre indicadores. Outras formas de incentivo à participação e adesão da população foram implantadas: oficinas de grafite, vídeo e fotografia com jovens, e a I Mostra Universitária Santo André Cidade Futuro, envolvimento dos professores e alunos da rede pública com teatro e fantoches. Em dezembro de 2000, na II Pré-Conferência, foram apresentadas as metas dos grupos de trabalho e as ações já executadas pelo Governo, com a participação de 450 munícipes.

Estrutura do Projeto Cidade Futuro



Orçamento Participativo⁴³

Uma breve descrição do Orçamento Participativo se faz necessária neste estudo para apresentá-lo como um canal de comunicação – já consolidado – entre o governo municipal e a população.

O Orçamento Participativo é um instrumento de planejamento anual utilizado na priorização de demandas, já que permite a participação dos munícipes nas

decisões referentes à destinação do orçamento municipal. É, portanto, um espaço de co-gestão.

O processo de Orçamento Participativo conta com duas bases:

- a) Territorial: divisão da cidade em 19 regiões.



⁴³ No período de 1997/2000, as plenárias do Orçamento Participativo contaram, em média, com 11.000 participantes da comunidade organizada.

Região do Orçamento Participativo	Bairros
A	Santa Terezinha, Vila Metalúrgica, Camilópolis
B	Jardim das Maravilhas, Jardim Santo Antônio, Jardim Utinga, V. Francisco Matarazzo, Vila Lucinda
C	Bangu, Parque Jaçatuba, Parque das Nações, Vila Curuçá, Várzea do Tamanduateí
D	Parque Oratório, Parque Novo Oratório, Jardim Ana Maria, Jardim Itapoan, Jardim Santo Alberto
E	Parque João Ramalho, Jardim Alzira Franco, Jardim Rina, Parque Erasmo Assunção
F	Bairro Campestre, Bairro Santa Maria, Vila Guiomar, Bairro Jardim, Vila Alpina
G	Vilas Palmares, Vila Aquilino, Príncipe de Gales, Vila Sacadura Cabral
H	Vila Floresta, Vila Valparaíso, Bairro Pinheirinho, Jardim Bom Pastor, Vila Scarpelli, Vila Gilda
I	Bairro Paraíso, Jardim Jamaica, Jardim Oriental, Jardim Stella, Jardim Las Vegas, Jardim Milena
J	Jardim Alvorada, Jardim do Estádio, Vila Linda
K	Vila Marina, Bairro Silveira, Vila Pires, Vila Helena, Vila Junqueira, Vila Vitória
L	Casa Branca, Centro, Vila Alzira, Vila Assunção, Jardim Bela Vista, Vila Alice, Vila Bastos
M	Jardim Santa Cristina, Jardim Telles de Menezes, Jardim Guarará, Vila Luzita, Sítio dos Vianas
N	Centreville, Jardim Marek, Parque Marajoara, Jardim Santo Antonio de Pádua, Parque Gerassi, Cidade São Jorge
O	Vila América, Vila Progresso, Vila Humaitá, Vila Guarani, Vila Homero Thon
P	Vila Tibiriçá, Condomínio Maracanã, Vila Guaraciaba, Jardim Ipanema, Vila Lutécia, Vila Suíça
Q	Parque Pedroso, Jardim Riviera, Parque Miami, Recreio da Borda do Campo, Três Divisas, Waisberg I, Waisberg II
R	Parque Andreense, Região de Paranapiacaba
S	Jardim Irene, Jardim Santo André, Jardim Vila Rica, Vila João Ramalho, Cata Preta

b) Temática: São considerados seis eixos temáticos: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Saúde, Educação, Identidade Cultural e Inclusão Social.

Para melhor compreensão da dinâmica do Orçamento Participativo, acrescenta-se a figura a seguir com a esquematização de seu funcionamento.



Fonte: PMSA – Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo⁴⁴

Projeto Eixo Tamanduatehy

Dentre as demandas detectadas pelo Projeto Cidade Futuro, tiveram destaque os problemas sociais e econômicos decorrentes da crise no setor industrial. Os representantes da sociedade local reafirmaram o desejo, e mesmo a necessidade, de intervenção planejada no contexto de estagnação que se instalou nas áreas industriais desativadas.

Assim, em conjunto com outros projetos de revitalização econômica e urbana, a Prefeitura Municipal de Santo André lançou, em 1998, o **Projeto Eixo**

⁴⁴ Disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br

Tamanduatehy, que abrange uma área de 12,8 km², para congregar e planejar esforços de requalificação urbana, econômica, social e ambiental da área industrial localizada na várzea do Rio Tamanduateí e ao longo da Ferrovia, segundo modelos modernos de urbanismo, Participação Cidadã, desenvolvimento econômico e inclusão social (em anexo: mapas, fotografias e informações detalhadas da implantação e desenvolvimento do projeto).

A opção por esse projeto deveu-se ao grande potencial de desenvolvimento, que a área oferece:

- ✓ Privilegiado posicionamento metropolitano;
- ✓ Acessibilidade e vias de interligação com pontos estratégicos: Aeroporto Internacional de Guarulhos, Complexo Anchieta/Imigrantes, Ferrovia para cargas e passageiros, Av. dos Estados e Anel Viário Metropolitano;
- ✓ Banco de terras - Grandes áreas vazias disponíveis para novos empreendimentos;
- ✓ Logística – infra-estrutura urbana consolidada: energia elétrica, rede de gás, rede de telecomunicações, mão-de-obra qualificada, rede local de transportes;
- ✓ Mercado consumidor - localização dentro do terceiro maior mercado consumidor brasileiro (Grande ABC Paulista);
- ✓ Legislação - conjunto de leis urbanas, tributárias e econômicas pró-ativas ao desenvolvimento.

Cabe ressaltar, além dos potenciais acima enumerados, as dimensões simbólicas e o potencial para uma política de comunicação e mobilização dos atores locais desse projeto de requalificação do espaço urbano, principalmente (na Avenida Industrial) no que se refere à sua objetividade em transformar os símbolos da decadência econômica (galpões vazios, antigas fábricas depredadas, depósitos de sucatas) numa área revitalizada. Sem entrar nos detalhes de avaliação do projeto do Eixo – que não representa objeto específico desta dissertação – vale destacar a instalação do Shopping Center ABC Plaza na antiga fábrica Black & Decker, reforma

do Parque Eng. Celso Daniel (antiga Chácara da G.E.), construção de hotéis de alto padrão⁴⁵ ao redor do parque, nova Estação Rodoviária (conectada com a Estação Ferroviária de Prefeito Saladino) e a instalação da Universidade do Grande ABC – UniABC na antiga área da CBC Cartuchos. Tais mudanças devem ter contribuído para reacender os sentimentos de orgulho e civilidade do cidadão andreense, no decorrer da segunda administração do prefeito Celso Daniel.

A Avenida dos Estados, juntamente com as Rodovias Anchieta e Imigrantes, é importante via de acesso da Região do Grande ABC para o município de São Paulo e interior do Estado e um dos principais eixos viários de Santo André. Segundo Aparecida Netto Teixeira, “a implantação dessa avenida paralelamente à ferrovia consolidou uma barreira urbanística, ‘cortando’ a cidade em duas e dificultando a integração entre os ‘dois’ lados” (2004: 146).

Na elaboração do Projeto Eixo Tamanduatehy, verificou-se a necessidade de remodelação e melhoria dos níveis de poluição do rio, com uma proposta de despoluição e padronização de suas margens (arborização e iluminação), ao que acrescenta Teixeira: “imprimindo ao mesmo uma característica de ‘rio urbano’” (2004: 146).

Santo André, Cidade Agradável

No Programa de Governo, o último eixo temático – Cidade Agradável – é assim enunciado: “O conceito de Cidade Agradável procura expressar o fato de que, no imaginário da população, o Município precisa oferecer a seus moradores, de modo democrático, uma boa qualidade de vida”⁴⁶. Levando em consideração que a

⁴⁵ Nas áreas do Grupo 1 (Av. Industrial – Bairro Jardim) onde estão instalados o Shopping ABC Plaza, os Hotéis IBIS/Mercure e o Parque Eng. Celso Daniel, registrou-se um aumento substancial do preço do metro quadrado.

⁴⁶ Programa de Governo, p. 35.

percepção individual de qualidade de vida varia muito, uma vez que traduz uma série de valores – subjetivos – da relação do munícipe com a cidade, foram apontadas quatro categorias simbólicas para expressar o ideal de Cidade Agradável: a) cidade mais bonita; b) cidade com mais cultura, esporte e lazer; c) cidade com trânsito bom; d) cidade mais segura.

A formalização institucional da temática do espaço público em Santo André, na gestão 1997/2000, se deu a partir da implementação da marca de governo “Qualidade de Vida Urbana”, na qual se privilegiou o paisagismo como elemento de identificação e de produção de uma linguagem visual de “cidade agradável”. Determinou-se diferenciar o Município dos demais da Região do Grande ABC, daí a concentração de ações nos limites geográficos – para produzir um impacto visual na chegada ao Município.

Projeto Parque Escola

Com o objetivo de envolver a população nas novas propostas paisagísticas e disseminar a consciência ambiental no Município, foi fundado, em 7 de novembro de 1997, o Parque Escola. Oferecendo, gratuitamente, programação especial de férias, cursos, oficinas, workshops, palestras e seminários sobre meio ambiente (principalmente botânica) e arte-educação, o Parque Escola também organiza atividades noturnas, atividades para o público infantil, atividades nos fins de semana, feiras de agricultura orgânica, exposições de arte e excursões culturais para conhecer a flora brasileira.

Para o desenvolvimento das atividades, o local conta com boa infra-estrutura. Há um auditório para 120 lugares, pavilhão para apresentações e eventos, biblioteca temática sobre meio ambiente e arte-educação, galeria de arte, salas multiuso e de

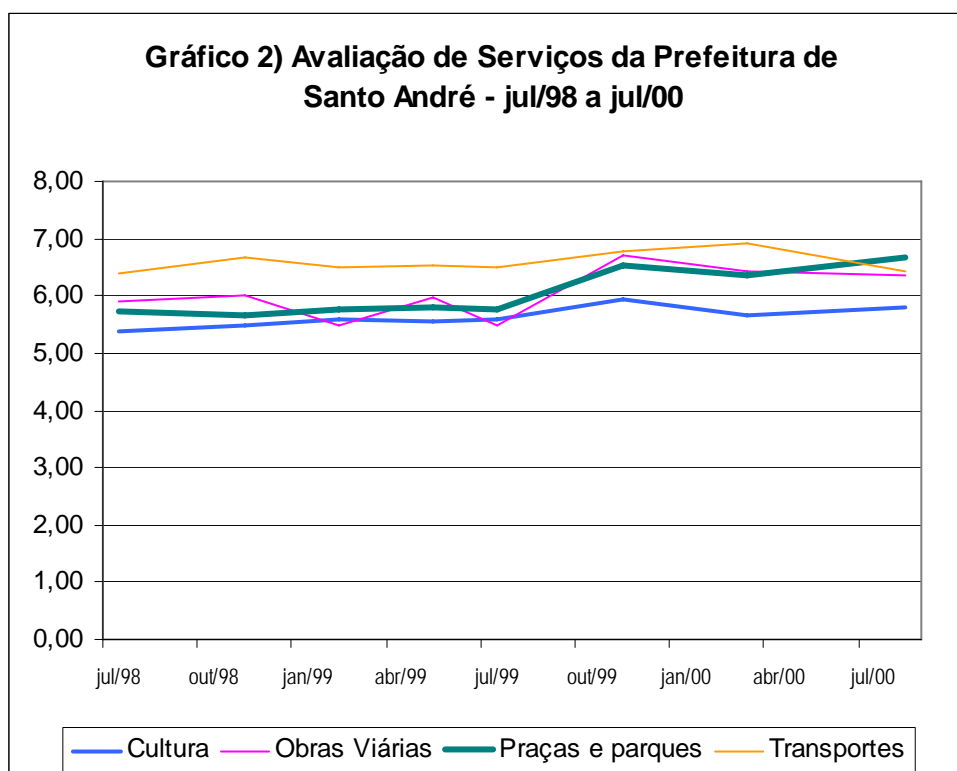
oficinas artísticas, além de arquibancada gramada. Destacam-se os espaços voltados para atividades ligadas ao meio ambiente: estufa, horto de plantas medicinais e aromáticas, jardim para beija-flores, horto de agricultura orgânica, salas temáticas sobre a importância da água, do solo e da vegetação por meio de instalações lúdicas, bromeliário, bosque e reservatórios de águas pluviais para reutilização na irrigação dos jardins do parque. O Parque Escola desenvolve também parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o projeto Aqua, chamado “Tudo em Volta” que, desde 1998, trata da educação ambiental de maneira não formal, promovendo aulas-passeio no decorrer do ano letivo. Tais atividades são organizadas de acordo com as necessidades de cada escola. As atividades do Parque Escola contam com divulgação especial: pela Internet (no site da Prefeitura Municipal de Santo André), boletins eletrônicos e agenda mensal dos cursos realizados.

Retomando a análise de Paulo Fernando Liedke (2002: 26): “O governo como principal sujeito social (...) considera seu interlocutor como cidadão e objeto de suas ações (...) para que participe ativamente dos fóruns democráticos, para que seja co-gestor da administração pública”. No exemplo descrito acima, é possível verificar a preocupação da gestão municipal em não se limitar à simples implantação de novo projeto paisagístico, mas de envolver a população nesse desafio por meio da conscientização ambiental. Os *folders* e boletins eletrônicos distribuídos mensalmente com as atividades do Parque Escola buscam não somente a consolidação da imagem de Cidade Agradável, mas, principalmente, a adesão dos munícipes a essa tarefa.

Ao que complementa Eduardo Luiz Correia (1999: 90): “São os parques, praças e outros pontos de concentração. Trata-se de produzir uma comunicação,

através de cartazes, *folders* e panfletos que valorize o sentimento de cidadania do morador, lembrando seus direitos e deveres numa cidade como Santo André. Alguma coisa como educar para a cidadania (...) Afinal, a comunicação é um processo amplo”.

A avaliação do governo Celso Daniel, com destaque para os temas que mais receberam aprovação (gráfico 2), demonstra que o item de maior evolução foi Praças e Parques, confirmando assim que o projeto paisagístico da “cidade agradável” foi muito bem recebido pela população andreense.



Em setembro de 2001, encomendou-se a Mazzeo & Rangel Consultores a Pesquisa de Imaginário da População⁴⁷, cujos resultados estão descritos abaixo:

⁴⁷ A partir de uma amostra de 1076 entrevistas. Data da coleta: 15, 16, 22 e 23 de setembro de 2001.

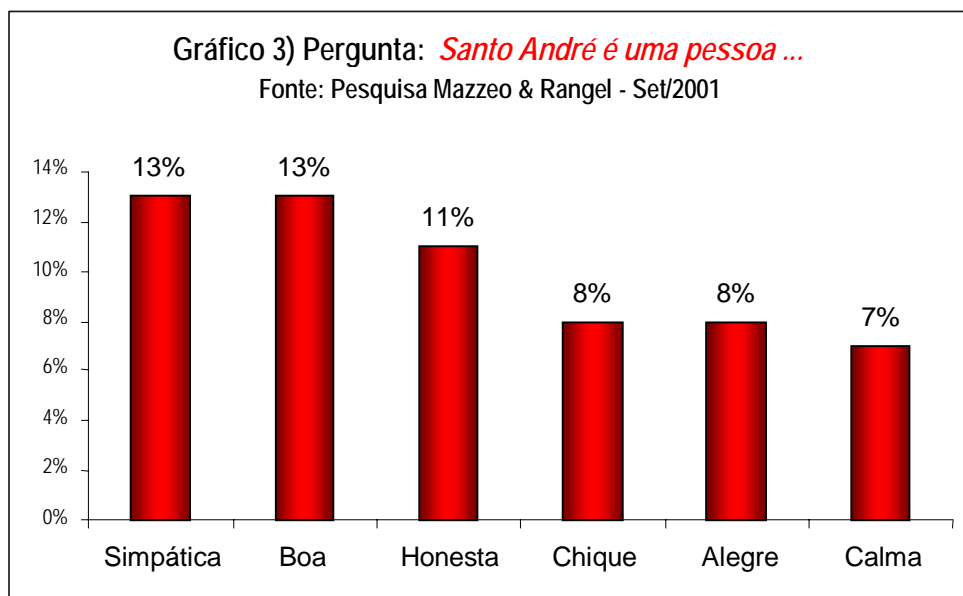
Para a pergunta: Santo André como pessoa...

- ✓ Homem: para 60% dos entrevistados
- ✓ Meia-idade: para 42% dos entrevistados
- ✓ Agente da ação: para 42% dos entrevistados
- ✓ Engenheiro/Dirigente Positivo: para 16% dos entrevistados

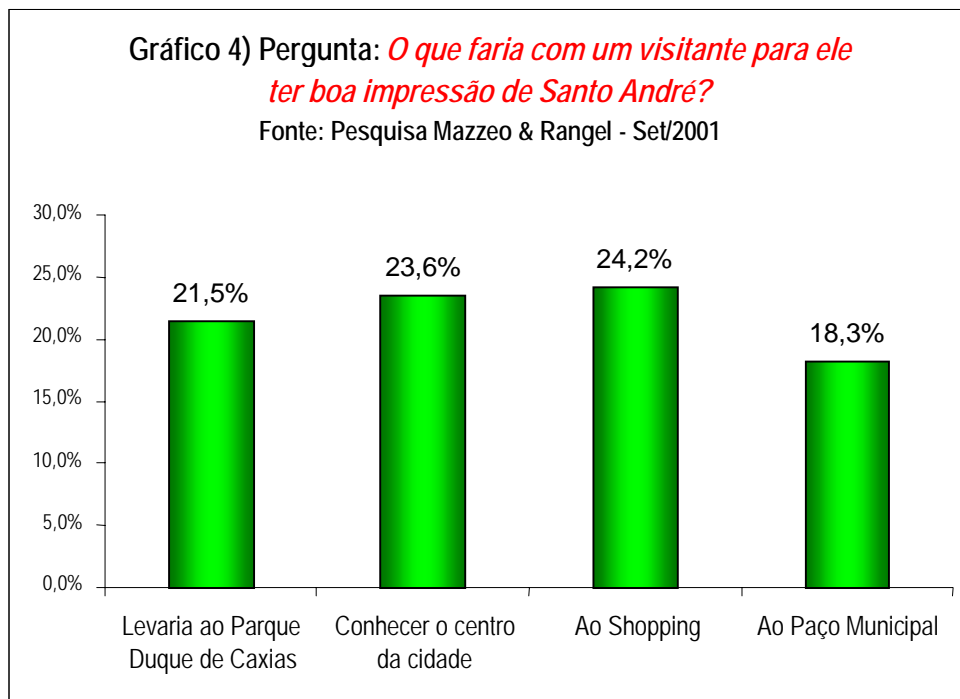
Das ações associadas às profissões escolhidas:

- ✓ Dirige: para 17% dos entrevistados
- ✓ Produz: para 12% dos entrevistados
- ✓ Aprende: para 9% dos entrevistados

Marcas de personalidade (Santo André como pessoa):



Perguntou-se aos entrevistados: “O que faria com um visitante para ele ter boa impressão de Santo André?”.



OBS: O Parque Duque de Caxias é o atual Parque Eng. Celso Daniel.

Para a pergunta: “O que Santo André tem de melhor?”, as principais respostas foram:

- ✓ Comércio e Serviços: 18%
- ✓ Transporte Coletivo: 11%
- ✓ Verdes e Praças: 11%
- ✓ Shoppings: 8%

Por fim foi respondido-se a: “Santo André é uma cidade...”:

- ✓ Boa: 38,4%
- ✓ Maravilhosa: 10,6%
- ✓ Bonita: 9,1%
- ✓ Agradável: 8,6%

Os organizadores da pesquisa acrescentam os seguintes comentários:

- O olhar: a cidade olha para o seu centro: a pujança, a direção, o monumento, o bem morar;
- O bairro olha o centro e se orgulha, olha o seu entorno com expectativas de melhorias;
- O centro se olha, mas olha também para as mazelas da cidade;
- O olhar privilegia o lado do lógico, do conhecido, do estruturado, do planejado;
- Assim, o visível, o perceptível, a intervenção física são os elementos de construção da imagem da cidade;
- As ações que envolvem o sentido do acolhimento, do carinho, da sensibilidade são pouco percebidas pela população;
- A imagem da cidade e governo se influenciam mutuamente, se complementando e se fundindo no imaginário da cidade;
- O governo é por excelência, o líder. A ação do governo leva naturalmente ao líder condutor.

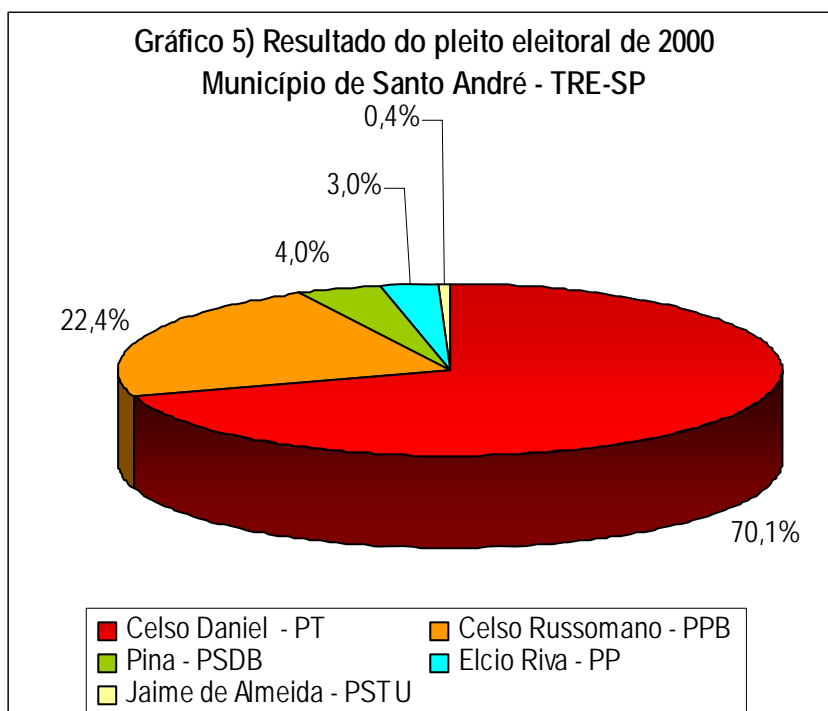
Convém acrescentar aos resultados e comentários da pesquisa que as características pessoais atribuídas ao município (se fosse uma pessoa) são idênticas ao perfil do Prefeito Celso Daniel: de meia idade, engenheiro, gestor público renomado e oriundo da classe média. Nesse sentido, convém retomar o papel da liderança política local na “cidade protagonista” de Castells e Borja: “Difícilmente encontraremos uma resposta positiva se não há uma liderança personalizada e, em muitos casos, a figura dos prefeitos é decisiva” (1996:156).

Quanto ao local onde levaria um visitante para ter boa impressão da cidade, verifica-se a assimilação de novos símbolos, como o Parque Eng. Celso Daniel, o centro da cidade, o shopping e o paço municipal. Vale ressaltar que todos os itens citados foram contemplados nos projetos de revitalização urbana e paisagismo. Constata-se então que o processo dialógico estabelecido (governo e população)

obteve êxito: o que outrora simbolizava decadência (Av. Industrial), agora é motivo de orgulho.

Outro ponto que merece destaque é a população da “cidade industrial” apontar “comércio e serviços” como “o que a cidade tem de bom”. Quanto aos parques e áreas verdes, comumente citados na pesquisa, verifica-se que a estratégia paisagística e a proposta do Parque Escola (sensibilização e conscientização ambiental) foram assimiladas pela população.

O pleito eleitoral de 2000 (gráfico 5) ratifica a adesão da população de Santo André às propostas de construção coletiva de estratégias para a superação da crise, com a reeleição do Eng. Celso Daniel em primeiro turno, com 70,1% dos votos válidos.



CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar as possibilidades da administração pública de agir sobre a auto-imagem de uma cidade, a partir da evocação do imaginário coletivo mediante política urbana implementada no Município e as ações de comunicação do governo municipal. A cidade escolhida foi Santo André (SP) por várias razões, dentre as quais, a existência de material empírico – duas pesquisas qualitativas sobre o imaginário coletivo andreense, uma realizada em 1997 e outra em 2000.

A comparação dos resultados de ambas as pesquisas apontou elevação sensível da auto-imagem da cidade, que atravessava um período de transformação econômico-social decorrente das especificidades de seu processo de industrialização, potencializado, porém, pelos efeitos da globalização econômica. Esse processo significou o declínio da participação da indústria na economia do Município, a expressiva queda na oferta de empregos industriais, a queda na arrecadação municipal e a degradação urbana.

Em Santo André constatou-se que esse impacto ocorreu de forma acentuada pela especificidade de seu parque industrial, que, no primeiro momento, foi atingido pela obsolescência e, subseqüentemente, pelos efeitos da globalização.

Todos os números e análises efetivamente levaram à constatação de que a reestruturação produtiva por que passa a cidade, além dos impactos sobre o emprego, a produção e a arrecadação de impostos, foi verdadeiramente significativa. Tais impactos refletiram diretamente no imaginário coletivo andreense, no qual a identidade de cidade industrial estava indelevelmente marcada principalmente pelo

cenário de decadência: galpões vazios, antigas instalações industriais em estado de abandono, chaminés em ruínas, dentre outros. Além da incerteza quanto ao futuro, propulsada pelos altos índices de desemprego.

A memória, elemento essencial na construção da identidade individual e coletiva é o depositário de todas as lembranças, imagens e impressões que se acumulam no decorrer dos anos. Portanto, quando os símbolos de decadência são substituídos pelos ícones dos novos padrões urbano e econômico, constatam-se transformações no imaginário coletivo andreense.

Ao analisarmos o segundo governo do Prefeito Celso Daniel, transcorrido nesse período, procuramos identificar o conjunto de ações desenvolvido pela Prefeitura de Santo André e como foi percebido pela população andreense, de modo a transformar sua visão de si mesma nesses quatro anos; como se estabeleceu o diálogo entre o governo municipal e a cidade e se a evocação de símbolos do imaginário coletivo andreense, seja através da mídia ou da própria política urbana, contribuiu nessa transformação.

A pesquisa apontou os limites da rede de meios de comunicação de massa existentes em Santo André, conseqüência da acomodação das emissoras locais diante da presença das grandes redes de comunicação sediadas na cidade de São Paulo, cuja audiência maciça torna a concorrência quase impossível. Quanto aos jornais e revistas, verificou-se, proporcionalmente ao número de habitantes, pequena circulação e tiragem.

Dados esses limites, foi constatado que todo o esforço comunicacional desenvolvido pela PMSA foi orientado para um conjunto de projetos prioritários que traziam em si dimensões midiáticas próprias – como a política urbana – e que se perfilavam com o conceito de mobilização sóciopolítica, capazes de estimular o

“patriotismo cívico”, contribuindo para a afirmação da identidade coletiva do Município e para a construção de um ideal de cidadania e desenvolvimento pautado na participação.

Pormenorizam-se os projetos descritos: Orçamento Participativo – espaço de co-gestão municipal; Cidade Futuro – pelas articulações envolvendo atores públicos e privados, objetivando a “mobilização produtiva” – o patriotismo urbano; o Eixo Tamanduatehy e Cidade Agradável – pelo caráter de requalificação urbana, contribuindo diretamente para a criação de novos símbolos no imaginário andreense.

Após esse levantamento e análise, apresenta-se a hipótese de que o poder público, partindo da evocação de símbolos presentes no imaginário de uma comunidade, pode agir para transformar sua auto-imagem, utilizando-se dos veículos de comunicação, da otimização das dimensões midiáticas da própria política urbana ou, ainda, da ação mobilizadora que evoca o patriotismo urbano da população.

Nas avaliações do governo Celso Daniel, por eixos temáticos, a que mais apresentou evolução foi “Praças e Parques”, ratificando mais uma vez que o projeto paisagístico de “cidade agradável” recebeu adesão da população andreense, contribuindo também para a transformação do imaginário.

A transformação da auto-imagem da cidade pode ser indicativo do fortalecimento da identidade do munícipe a partir da constatação da existência de novos símbolos, em substituição dos marcos decadentes de retrocesso da cidade industrial. Esse efeito é um sinal de adesão da população às propostas de mobilização produtiva, expostas neste estudo, que também contribuíram para a construção de novos patamares de cidadania.

Nesse sentido, as ações diretas e indiretas de comunicação da Prefeitura de Santo André, gestão 1997/2000, teriam sido percebidas pela sua comunidade ocasionando uma mudança na visão de subúrbio industrial em decadência para novo centro metropolitano de comércio e serviços, expressa pelo afloramento de novos símbolos e perspectivas.

Outros pontos não foram explorados em função dos limites deste estudo, que limitou sua análise ao município de Santo André, estritamente ao mandato 1997/2000. Estudos futuros poderão explorar com maior detalhamento a temática imaginário, símbolos e mitos e de como trabalhá-los na perspectiva da comunicação pública. Todavia, as hipóteses aqui apresentadas poderão ser aprofundadas em novas pesquisas, contemplando outras cidades em diferentes períodos, com quaisquer orientação política e disponibilidade de mídias diversa. Não se pretendeu aqui avaliar os projetos implantados, razão pela qual não foram citadas as suas fragilidades, nem tampouco houve a pretensão de avaliar a gestão do Prefeito Celso Daniel emitindo juízo de valor sobre seu governo.

Os resultados apresentados neste estudo apontam para um redimensionamento da comunicação pública, que, ao preterir as ações tradicionais em favor de uma política de desenvolvimento local abrangente – pautada numa premissa dialógica – consegue agregar novos atores e conferir à cidade novo papel: o de protagonista.

Portanto, é possível vislumbrar uma gradativa transformação no imaginário de uma comunidade como resultado das políticas de comunicação. Alterações na auto-imagem e prognósticos positivos foram revelados pelo novo olhar andreense, conferindo assim suporte às ações do governo. Nesse sentido, considera-se realizado o objetivo das políticas de comunicação da Prefeitura de Santo André

quanto ao fortalecimento da sociedade e à legitimidade de sua atuação, ratificada pelo voto popular de 70% dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SOARES, Márcia Miranda. *Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, (Série Pesquisas nº 24, 2001, p. 129).

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Dicionário profissional de relações públicas e comunicação*. São Paulo: Summus, 1996.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e mediações. Revista Comunicação e Educação (4): 7 a 12, set./dez. de 1995, São Paulo: Moderna (Seção Apresentação).

_____. Meios de Comunicação: dos homens para os homens. Revista Comunicação e Educação (6): 7 a 12, maio/ago. de 1996, São Paulo: Moderna (Seção apresentação).

BARBERO, Jesus Martin-. Os métodos: dos meios às mediações In: *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O Que é Comunicação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Gilberto. Cultura e comunicação na prática dos governos petistas In: *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar* – Magalhães, Inês; Barreto, Luiz; Trevas, Vicente (org). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 161-169.

CASTELLS, Manuel. E BORJA Jordi. As cidades como atores políticos Revista Novos estudos CEBRAP. N.45, jul. 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

COELHO, Ruy. Antropologia simbólica à antropologia cognitiva (texto disponível em www.imaginario.com.br)

CONDE, Eduardo Salomão. Crítica e Sociedade Civil, participação, inclusão e liberdade como ação política. In: Gramsci e o Brasil (texto disponível em www.artnet.com.br/gramsci)

CORREIA, Eduardo Luis. *Santo André: uma proposta de diálogo com a cidade silenciosa*. São Paulo, 1999, Monografia *Lato Sensu* - Escola de Comunicação e Artes ECA, Universidade de São Paulo.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: LP&M, 1981.

DANIEL, Celso. A gestão local no limiar do novo milênio In: *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar* – Magalhães, Inês; Barreto, Luiz; Trevas, Vicente (org). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 193-242.

DOULA, Sheila Maria. Travessias ausências e lembranças: imaginário e memória de navegantes. (texto disponível em www.imaginario.com.br)

FIORI, José Luis. O federalismo diante do desafio da globalização In: Affonso, Rui de Britto Álvares e Pedro Luiz Barros (organizadores). *A federação em perspectiva*. Ensaios selecionados, São Paulo: Fundap, 1995.

FISCHER, Tânia *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. FGV Editora, Rio de Janeiro: 1996.

FRENCH, John D. *O ABC Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Vértice, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HIRST, Paul; THOMPSON, Graham *Globalização em questão. A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ: 1998.

HORTA, Celso A. *O braço “direito” do Grande ABC*. Dissertação de mestrado, IMES, 2003.

KLINK, Jeroen Johannes. “Novo regionalismo exige aprendizagem”. In: *Nosso Século XXI*. São Paulo: Editora Livre Mercado, 2001.

_____ *A cidade–região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAPLANTINE, François. As três vozes do imaginário. ((texto disponível em www.imaginario.com.br)

LAPLANTINE, François e TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

LIEDTKE, Paulo. 2002. *A esquerda presta contas: comunicação e democracia nas cidades*. Florianópolis: Editoras da UFSC e Univali, 2002.

LODUCCA, Wilson. *São Caetano: de várzeas alagadiças à príncipe dos municípios*. São Paulo: Hucitec, São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: Vida Cotidiana e História no subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Editora da Unesp, 2002.

MORAES, Denis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. In: Gramsci e o Brasil (revista eletrônica) www.artnet.com.br/gramsci.

OHMAE, Kenichi. *O fim do estado-nação. A ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

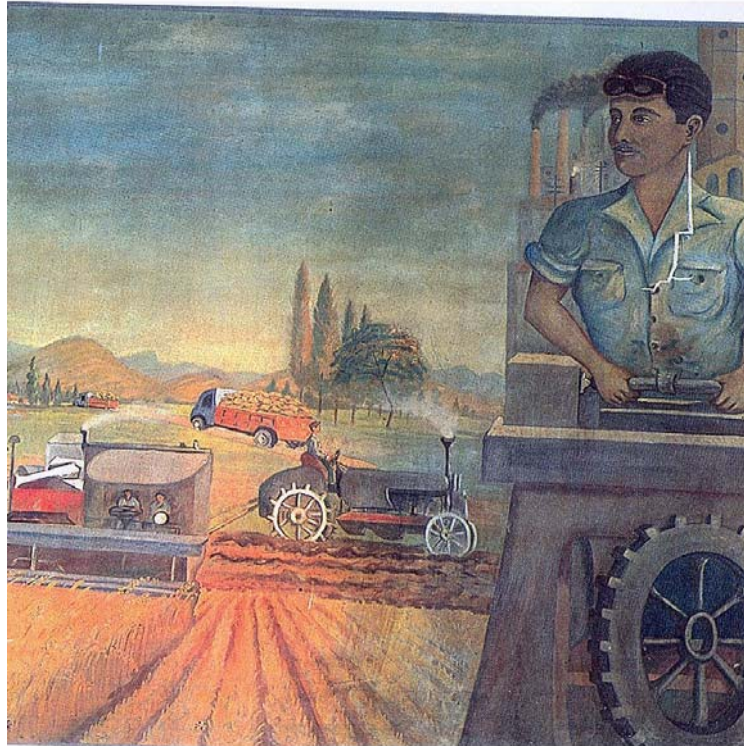
PASSARELLI, Silvia *O diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André*. 1994. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

ANEXOS



O metalurgico e o campo
oleo s/ tela 170 x 220 cm - 1957



Novas Instalações da Pirelli - 1982



Prefeitura Municipal de Santo André

www.santoandre.sp.gov.br

TAMANDUATEHY

São Jorge

Projeto Eixo Tamanduate

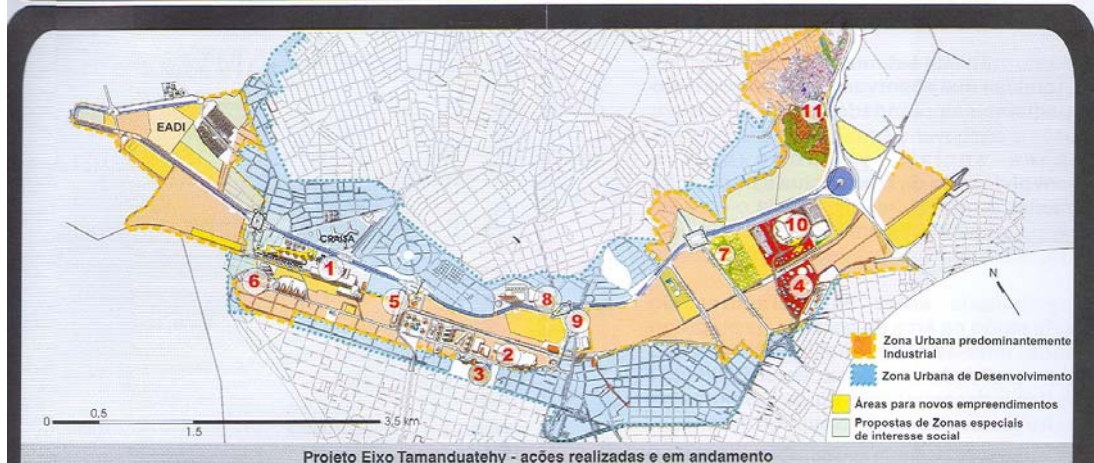
Ação de Governo
na geração de uma
Santo André
sustentável, inclusiva
e participativa

7 Eixos Estruturantes

- Geração de emprego e Renda**
Manutenção da qualidade de vida
- Acessibilidade e Logística**
Cidade Acessível, cidade policêntrica, desenvolvimento local e regional.
- Infra Estrutura**
Saneamento, drenagem, energia e comunicação.
- Qualidade Ambiental**
Paisagem e patrimônio Arquitetônico

- Inclusão Social**
Urbanismo Inclusivo e Participativo
- Habitação**
Urbanismo Inclusivo e Participativo
- Desenvolvimento da cultura de apropriação pública da mais valia fundiária urbana**
Operações Urbanas e Parcerias na construção da cidade

Av. Industrial - exemplo de aplicação dos eixos estruturantes



Projeto Eixo Tamanduatehy - ações realizadas e em andamento

- | | | |
|---|---|---|
| <p>1 Centro Regional de Logística
Trata-se da implantação de um dos maiores portos secos da América Latina, na região do Eixo Tamanduatehy, resultado de uma ação conjunta entre os empreendedores privados COSIPA / MRS Logística e público representado pela Prefeitura de Santo André. Estima-se que com o funcionamento do Centro, através da ferrovia revitalizada, entre 50 e 60% da carga do porto de Santos passará pelo novo Centro Logístico, alavancando futuros empreendimentos industriais, de serviços e comércio, para as quais a região do Eixo Tamanduatehy detém áreas disponíveis e infra-estrutura completa. Este Centro de Logística é um dos principais projetos motores regionais, através do qual pode-se enxergar novos empreendimentos de desenvolvimento econômico e urbano sustentável, com geração de renda, emprego e desenvolvimento social. A inauguração da parte principal está prevista para o primeiro semestre de 2004.</p> | <p>2 Operação Urbana Industrial 1</p> <p>3 Operação Urbana Industrial 2</p> <p>4 Cidade Pirelli</p> <p>5 Rodoviária de Santo André</p> <p>6 Op. Urb. / Parceria UniABC</p> <p>7 Parceria condomínio Industrial</p> <p>8 Parceria Carrefour</p> <p>9 Parceria Pão de Açúcar</p> <p>10 Projeto Global / Funcef</p> | <p>11 Capuava - conheça o Projeto Santo André Mais Igual, coordenado pela Secretaria de Inclusão Social e Habitação / PMSA.</p> <p>OPERAÇÕES URBANAS E PARCERIAS
Com um trabalho inovador e eficaz está sendo possível, mesmo em contexto macro-econômico desfavorável, gerar investimentos de grande porte em Santo André, com reflexos positivos em toda a região.</p> <p>No Projeto Eixo Tamanduatehy as Parcerias e Operações Urbanas estão melhorando as condições de qualidade de vida e são referenciais nacionais de ações conjuntas, entre o Empreendedor Privado e o Poder Público.</p> <p>Mais informações em www.santoandre.sp.gov.br</p> |
|---|---|---|

LOCALIZAÇÃO



REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



mapa RMS - PITU - Gov. Estado de São Paulo / foto de satélite: SABESP

SANTO ANDRÉ



O PROJETO

Os conceitos e diretrizes adotados no projeto, têm como objetivo dar qualidade ambiental urbana a toda a área, produzindo - **em parceria com os novos empreendimentos** - ampliação dos locais públicos, com praças, passeios públicos e tratamento paisagístico nas ruas e avenidas. Visa também melhorar o acesso aos novos lugares que serão criados, reorganizando a circulação de veículos em função do novo urbanismo a ser implantado, com novas vias estruturadoras do espaço urbano junto à Av. dos Estados e à ferrovia, além de ruas transversais, definindo novas quadras.

O Projeto vai ainda **estimular novas vocações econômicas que absorvam o grande, o médio e o pequeno empreendedor**, permitir a mistura de usos e promover a convivência das diversas classes sociais **evitando que o desenvolvimento da área exclua a população de menor renda**. Para tanto amplia o convívio nos espaços públicos e prevê que favelas sejam transformadas em bairros integrados à cidade.

Os principais eixos estruturadores do projeto estão na área de **geração de emprego e renda, infra-estrutura, habitação, inclusão social, qualidade ambiental, acessibilidade / logística e desenvolvimento de parcerias na construção sustentável do espaço urbano**.

Rua Oliveira Lima, resultado da operação urbana Cidade Pirelli



Projeto Eixo Tamanduatehy